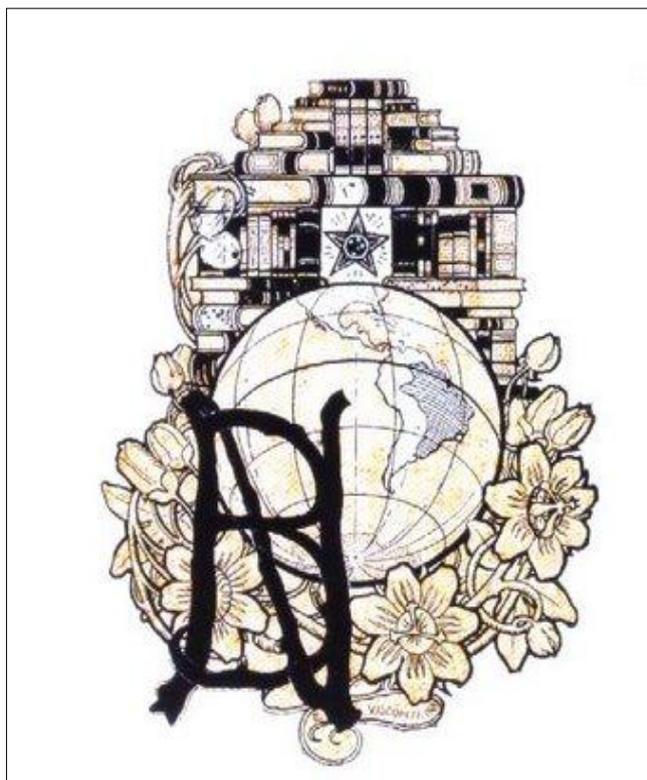


# Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

*2013*

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa



Bianca Martins de Queiroz

**Título do Projeto: No púlpito a serviço da pátria – religião e política na  
sermonística de Januário da Cunha Barbosa**

## TEMA

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar os sermões do Cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) produzidos entre os anos de 1808 e 1845. Além de orador sacro, Januário foi importante personagem da política brasileira no período de construção do Estado Imperial, atuando como jornalista, deputado, professor de filosofia, literato e diretor da Biblioteca Nacional. Sua sermonística, ainda pouco trabalhada pela historiografia, é parte significativa da produção intelectual deste multifacetado personagem e importante instrumento de análise da cultura política do período em que foi produzida.

## DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E RESULTADOS ALCANÇADOS

A pesquisa documental foi concluída ao longo do primeiro semestre. Todas as fontes elencadas no projeto para o desenvolvimento da pesquisa foram consultadas e outras fontes secundárias foram acrescentadas, devido ao novo levantamento realizado no setor de Obras Raras.

Segue abaixo a listagem completa de todas as obras consultadas:

**Fontes primárias:** (Sermões de Januário da Cunha Barbosa publicados entre os anos de 1809 e 1845)

### Setor de Obras Raras

**37, 2, 14 A:** Sermão de ação de graças pela feliz restauração do reino de Portugal pregado na Real Capela do Rio de Janeiro na manhã de 19 de dezembro de 1808, por Januário da Cunha Barbosa, Presbítero Secular, Pregador Régio e natural do Rio de Janeiro.

**37, 6, 4:** “Oração de acção de graças recitada na Capella Real do Rio de Janeiro celebrando-se o quinto anniversario da chegada de S. A. R. com toda a Sua Real Familia a esta cidade. Offerecida ao Illustrissimo Senhor Paulo Fernandes Vianna, do Conselho do Príncipe Regente Nosso Senhor, Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Caza, Commendador da Ordem de Christo, Desembargador do Paço, e Intendente Geral da Polícia da Corte e Estado do Brasil etc. Por Januário da Cunha Barboza, Presbitero Secular, Pregador da Real Capella, Professor Regio Substituto da Cadeira de Philosophia Racional e Moral desta Corte, e Pro-Comissario da Ordem III de S. Francisco de Paula.” (1813)

**99 D, 1, 19:** Oração fúnebre nas exéquias da muito alta, muito poderosa e fidelíssima Senhora D. Maria I, Rainha do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, celebradas na Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco de Paula pelos oficiais do Regimento de milícias n.3 do Rio de Janeiro. Recitada por Januário da Cunha Barbosa, Presbítero Secular, Pregador de S. M., Cavaleiro da Ordem de Cristo, Professor Régio de Filosofia Racional e Moral e Pro-Comissário dos Terceiros Mínimos. Bahia: Na Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva. Ano de 1818.

**37, 18, 15:** Oração de Ação de Graças que celebrando-se na Real Capella do Rio de Janeiro, no dia 7 de março de 1818 o decimo anniversario da chegada de Sua Magestade a esta cidade, compos, recitou e offerece com permissão D'Elrey Nosso Senhor a José de Carvalho Ribeiro, em signal de gratidão e amizade, Januário da Cunha Barbosa. Presbitero Secular, Pregador de Sua Magestade, Cavaleiro da Ordem de Christo, Professor Regio de Philosophia Racional e Moral da Corte e Pro-Comissario dos Terceiros Minimos.

**35, 3, 1:** Discurso no fim da missa solene do Espírito Santo, celebrado na Igreja dos Terceiros Mínimos, pelo Reverendíssimo Doutor Vigário Geral deste Bispado e que precedeu ao acto da Junta Eleitoral de Comarca, no dia 15 de maio de 1821. Compôs e recitou na dita Igreja o padre Januário da Cunha Barbosa, professor Régio de Philosophia Racional e Moral e Eleitor da Parochia de Santa Rita. Rio de Janeiro, Typ. Regia, 1821.

**37, 23, 10:** Oração de Acção de Graças que recitou na Real Capela, no dia 26 de fevereiro, solenizando-se por ordem de Sua Alteza Real O Primeiro Aniversário do Juramento D'El Rey e Povo desta Corte A Constituição Lusitana, e oferece ao mesmo Augusto e Constitucional Regente do Brasil, o seu author Januário da Cunha Barboza, Professor Publico de Philosophia. Rio de Janeiro, Na Typographia Nacional, 1822.

**38, 5, 5:** Oração fúnebre que nas exéquias de Sua Majestade Imperial a Senhora d. Maria Leopoldina Josefa Carolina, Arquiduquesa da Áustria e Primeira Imperatriz do Brasil, celebradas na Imperial Capela no dia 26 de janeiro deste ano recitou Januário da Cunha Barbosa. Cônego e pregador da mesma Capela, Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Professor Público de Filosofia na Corte e Deputado à Assembleia Geral Legislativa do Império. Rio de Janeiro. Na Tipografia Imperial e Nacional. 1827.

**38, 6, 4 ex.2:** Oração recitada na Imperial Capela no dia 10 de novembro, celebrando-se a missa solene do Espírito Santo, que precedeu a eleição dos Deputados da Província do Rio de Janeiro para a Segunda Legislatura por Januário da Cunha Barboza, Cônego da mesma Imperial Capela, Eleitor da Paróquia de Santa Rita. Rio de Janeiro. Na Imprensa Imperial e Nacional. 1828.

**37, 0, 2 n.11:** Oração de ação de graças e louvores a SS.<sup>ma</sup> Virgem do Monte do Carmo que pelo feliz consórcio de S. M. O Imperador do Brasil, o Senhor D. Pedro Primeiro com sua alteza a Senhora Princesa de Leuchtenberg Amélia Augusta Eugenia de Baviera, pregou na Capela Imperial e oferece a S. A. R. O Príncipe de Eichstadt, Duque de Leuchtenberg e de S.<sup>ta</sup> Cruz, &c. Januário da Cunha Barboza, Cônego e Pregador da Imperial Capela, Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, Comendador na Cristo, Professor Público de Filosofia Racional e Moral na Corte. Rio de Janeiro: Na Tipografia Imperial de P. Plancher Seignot, 1829.

**III – 114, 3, 8 n.3:** Oração de ação de graças pelo feliz restabelecimento da saúde de S. M. O Imperador, pregada na Igreja Paroquial do Santíssimo Sacramento, no dia 14 de fevereiro deste ano e oferecida aos brasileiros da Província de Minas Gerais. Por Januário da Cunha Barboza, Cônego da Santa Igreja Catedral e Imperial Capela, Pregador de S. M. O Imperador, Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, Comendador da de Cristo, Professor Público de Filosofia na Corte, Cronista do Império. Rio de Janeiro: Na Tipografia Imperial de E. Seignot-Plancher. 1830.

**35, 3, 1:** Discurso recitado na Igreja Paroquial de Santa Rita; celebrando-se o 8º aniversário da Independência do Brasil. Por Januário da Cunha Barboza, Eleitor da mesma Freguesia. Rio de Janeiro: Tipografia de Lessa e Pereira, 1830.

**38, 7, 14:** Oração fúnebre de Sua Alteza a Senhora Princesa D. Paula Marianna. Recitada na Imperial Capela, no dia 18 de fevereiro de 1833 por Januário da Cunha Barboza, Cônego da Imperial Capela, e Professor Público de Filosofia. Rio de Janeiro. Na Tipografia Nacional. 1833.

**99B, 11, 18:** Sermão na solenidade da Sagração do Exmo. E Revm. Sr. Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, Bispo do Rio de Janeiro e Capelão Mor; Recitado na Imperial Capela no dia 24 de maio de 1840 por Januário da Cunha Barboza, Cônego e Pregador da Santa Igreja Catedral, e Capela Imperial, Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, Comendador de Cristo, Arcade de Romano, Sócio Correspondente do Instituto Histórico de França e Honorário da Sociedade Politécnica Prática; Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Auxiliadora da Indústria Nacional; Cronista do Império, Bibliotecário da Biblioteca Pública e Nacional, Professor de Filosofia Racional e Moral do Município Neutro e também do Seminário Episcopal de S. José. Rio de Janeiro: Tipografia de J. E. S. Cabral, 1840.

**III – 8, 6, 28:** Sermão pregado na Igreja da Santa e Imperial Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, dia 2 de julho de 1840, pelo Cônego Januário da Cunha Barboza. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário de N. L. Vianna, 1840.

**37, 0, 2 n.14:** Oração de ação de graças pela elevação de S. M. I. O Senhor D. Pedro 2º ao pleno exercício de seus direitos majestáticos; pregada da Capela de N. S. da Glória, e a convite da Irmandade da mesma Senhora, perante S. M. I. e Suas Augustas Irmãs. No dia 29 de agosto deste ano. Pelo Cônego Januário da Cunha Barboza. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário de N. L. Vianna, 1840.

**37, 0, 2 n.16:** Oração de ação de graças celebrada na Imperial Capela no dia 30 de março do corrente ano pelo nascimento e batismo de S. A. I. o Senhor Príncipe Primogênito D. Afonso Pedro Cristino Leopoldo Fellipe Eugênio Miguel Gabriel Raphael Gonzaga. Recitada na presença de SS. MM. II. e Corte por Januário da Cunha Barboza. Cônego e Pregador da Santa Igreja Catedral e Capela Imperial, Examinador Sinodal, Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, Comendador da de Cristo, da Portuguesa da Conceição de Villa Viçosa, da Napolitana de Francisco I, Cavaleiro da Imperial da Rosa, Professor jubilado de Filosofia Racional e Moral, Cronista do Império, Bibliotecário da Biblioteca Nacional e Pública da Corte, Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro, Membro de

várias Academias e Sociedades Nacionais e Estrangeiras e Deputado à Assembleia Geral Legislativa do Império. Rio de Janeiro: Na Tipografia Nacional, 1845.

### **Fontes secundárias** (Manuais de Retórica)

#### **Setor de Obras Raras**

**79, 1, 15:** FREIRE, Luís José Junqueira. Elementos de Rhetorica Nacional. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1869.

**69, 4, 28-29:** GAMA, Miguel Sacramento Lopes (Pe). Lições de Eloquência Nacional. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de F. de Paula Brito, 1846.

**27, 3, 26:** ROQUETE, José Inácio. Manual de Eloquência Sagrada para uso dos Seminários e dos Eclesiásticos que começam a exercer o ministério do púlpito. Paris: J. P. Aillaud, Guillard e C<sup>a</sup>, 1878.

**17A, 3, 66:** FONSECA, Pedro José. Tratado dos affectos e costumes Oratórios considerados a respeito da eloquência dividido em duas partes. Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1786.

**38, 8, 13:** OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Veloso de. A Igreja do Brasil ou informação para servir de base à divisão dos Bispados projetada no ano de 1819. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1847.

**25B, 2bis, 20:** MORAIS, A. J. de M. Retórica de arte da eloquência... quadro resumo de retórica. [Rio de Janeiro]: [s.n.] [s.d]

Como pode ser demonstrado através da listagem das fontes supracitadas a pesquisa atuou em duas frentes: na leitura dos sermões redigidos por Januário da Cunha Barbosa, bem como dos manuais de retórica que foram publicados no final do século XVIII e ao longo do século XIX.

As leituras secundárias centraram-se na temática do desenvolvimento da sermonística no Brasil ao longo do século XIX e na do contexto político deste século. Outras leituras importantes referiram-se à trajetória de Januário da Cunha Barbosa, narrada principalmente nas páginas da *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Como resultado do trabalho executado apresento um artigo cuja temática fora proposta no projeto de pesquisa apresentado à instituição. Neste artigo foi incluído um breve apontamento biográfico sobre Januário da Cunha Barbosa, imprescindível para a compreensão não apenas da trajetória deste importante “homem de letras”, mas de sua obra como um todo.

## NO PÚLPITO A SERVIÇO DA PÁTRIA: RELIGIÃO E POLÍTICA NA SERMONÍSTICA DE JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA

Bianca Martins de Queiroz\*

A eloquência sagrada inicia-se no Brasil, de acordo com Ramiz Galvão, em meados do século XVII juntamente com o aparecimento das primeiras cidades e das *instituições úteis ao progresso moral da população*.<sup>1</sup> Segundo ele, esta se divide em quatro épocas distintas: a primeira foi inaugurada pelo padre Antonio Vieira, cujos sermões *são todos modelos de linguagem puríssima, correta e clássica; a maior parte deles está cheia de grandes belezas, e alguns são arrebatadores pelas sublimes ideias e pela eloquência*...<sup>2</sup> Ainda nesta época são apontados como sucessores de Vieira frei Manuel de Macedo e padre Antonio de Sá.<sup>3</sup>

A segunda época é apontada por Galvão como um período de luto – se comparada à primeira – não apenas para a eloquência sagrada, mas também para as letras portuguesas de um modo geral, corrompidas por *ideias amesquinhas* e pelo gongorismo. De acordo com o autor foi este um período de predomínio de oradores medíocres, discursos imperfeitos, linguagem afetada e enfadonha, pensamento fastigioso, metáforas extravagantes, entre outras críticas. Mas houveram alguns poucos oradores que souberam, vez ou outra, *recordar as galas de eloquência de Vieira e Antonio Sá*, foram eles fr. Eusébio de Mattos, fr. José da Natividade, fr. Manoel do Desterro, padre Ângelo dos Reis e padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão.<sup>4</sup>

A terceira época é caracterizada pelo autor como um período de renascimento das letras portuguesas e concomitantemente da eloquência sagrada. O Brasil também se beneficiou dessa *regeneração literária* promovida pela Arcádia portuguesa, pela reforma da Universidade de Coimbra e pelas medidas D. João VI em prol da vida cultural na colônia. Os galicismos e gongorismos, predominantes na época anterior, entraram em decadência. Inaugurou-se assim, entre o final do Setecentos e início do Oitocentos uma

---

\* Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. *O púlpito no Brasil*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro** (Rio de Janeiro), v.146, n.96, 1922. p.14.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 15-6.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p.47-8.

nova retórica no púlpito brasileiro, fortemente influenciada pelas reformas no ensino lusitano iniciadas na segunda metade do século XVIII. Como expoentes dessa terceira época, Galvão aponta padre Antonio Pereira de Sousa Caldas, fr. Francisco de São Carlos, fr. Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, cônego Januário da Cunha Barbosa e fr. Francisco do Monte Alverne.<sup>5</sup>

A quarta e última época caracteriza-se pelo declínio da sermonística. Para Galvão, as causas principais da decadência da eloquência sagrada encontravam-se no que ele chamou de *indiferença* religiosa tanto por parte do povo, quanto por parte do governo. O indiferentismo do povo verificava-se no avanço do protestantismo, que provocou a diminuição do *zelo pelas coisas de Deus* e do entusiasmo pela pregação sagrada. Por parte do governo, este se manifestava através dos cortes dos recursos destinados à Igreja, que impôs dificuldades à formação de seminários e faculdades teológicas que pudessem melhor instruir o clero.<sup>6</sup>

O presente artigo tem como objeto os sermões produzidos por Januário da Cunha Barbosa, centrando-se, portanto, no que Ramiz Galvão caracterizou como a terceira época da eloquência sagrada brasileira. Este período, mais especificamente o primeiro quartel do século XIX foi o que abrigou o maior número de oradores sacros. Foi também o momento em que estes gozaram de grande representatividade junto à sociedade. O fomento que d. João VI – grande apreciador da oratória sagrada – deu a este gênero foi o responsável pelo considerável desenvolvimento do mesmo e pela ampliação de sua importância.<sup>7</sup>

Januário da Cunha Barbosa começou a produzir seus sermões no período em que foi nomeado pregador da Capela Real, logo após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Dos inúmeros sermões que ele redigiu ao longo de sua carreira eclesiástica restam preservados apenas dezessete<sup>8</sup> deles, escritos entre os anos de 1808 e 1845, que fazem parte do acervo da Biblioteca Nacional. É importante ressaltar que estas fontes não se encontram distribuídas uniformemente ao longo do período citado. A maior parte delas concentra-se entre o período Joanino e o final do Primeiro Reinado. Buscaremos traçar um perfil de Januário como sermonista através da análise do vocabulário político utilizado

---

<sup>5</sup> Ibid, 67-9.

<sup>6</sup> Ibid, p.156.

<sup>7</sup> DURAN, Maria Renata da Cruz. **Ecoss do púlpito: oratória sagrada no tempo do D. João VI**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 13.

<sup>8</sup> Um de 1808, um de 1813, dois de 1818, um de 1821, um de 1822, um de 1827, um de 1828, um de 1829, um de 1830, um de 1833, um de 1837, três de 1840 e finalmente um de 1845.

por ele em seus discursos, sobretudo no período constitucionalista brasileiro e dos principais aspectos retóricos que permearam sua obra.

Barbosa é constantemente estudado pela historiografia por sua atividade como político e jornalista, mas seu perfil religioso é pouco analisado. Sua sermonística é constantemente citada em trabalhos sobre a formação da literatura brasileira e seu nome sempre figura ao lado de outros renomados sermonistas contemporâneos como fr. São Carlos, fr. Sampaio, fr. Sousa Caldas e Monte Alverne, mas seus sermões são pouco trabalhados. Sílvio Romero afirma que como sermonista

Januário não é tão notável como Caneca e Natividade Saldanha, mas é uma figura de valor. Orador e poeta, político e literato, foi um homem ativo, uma mediocridade cheia. Como orador não tinha ousadias; como poeta repetia a centésima edição do classicismo inerte. Na política trabalhou para a nossa emancipação; na literatura biografou alguns escritores patrióticos, estes últimos são os seus melhores títulos.<sup>9</sup>

José Veríssimo coloca Januário entre os jornalistas notáveis do Oitocentos, orador sacro de renome ao lado de Sousa Caldas, Sampaio, São Carlos e Monte Alverne, e também agitador político, *mediocre poeta e estimável literato*.<sup>10</sup>

Ramiz Galvão também o descreve como sermonista, ressaltando que mesmo que seu talento como orador não pudesse rivalizar com nenhum dos membros do grande *triumvirato oratório* composto por S. Carlos, Sampaio e Monte Alverne, seu nome figura entre os pregadores dignos de nota.

Era Januário dotado de uma voz cheia, sem aspereza, e de uma fisionomia expressiva e amena. Seu porte tinha essa majestosa conveniência, que tanto impõe sobre um auditório. Sua eloquência era persuasiva sem esforço, encantadora sem afetação, flexível e apaixonada às vezes, como a de Massilon: seus quadros eram traçados com arte, suas imagens cheias de vida e de conveniência, seus símiles revelavam a lição dos grandes mestres, e o depurado gosto do orador; frequentes vezes seu pincel traçou elegantes retratos oratórios, que bem deixam ver quanto se nutria seu gênio de fecundas lições dos grandes mestres.<sup>11</sup>

Galvão também comenta seus sermões:

Distingue-se em todos os seus discursos dicção correta, pura e castigada; seu estilo é quase sempre simples e elegante, raramente guindado e sublime; não há grandes concepções, nem pensamentos arrojados, em que o gênio do orador se patenteie; os quadros oratórios

<sup>9</sup> ROMERO, Sílvio. *Oradores Sagrados: Poesia Religiosa e Patriótica*. In: **História da Literatura Brasileira**. Tomo I. Edição comemorativa. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Cap. IV, p. 314.

<sup>10</sup> VERÍSSIMO, José. *Publicistas, Oradores, Críticos*. In: **História da Literatura Brasileira**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, 1969. Cap. XVIII, p.159.

<sup>11</sup> GALVÃO, B. F. R. op.cit., p.108.

são raros, se bem que algumas vezes não sejam destituídos de força e elegância. Enfim, Januário da Cunha Barbosa, a julgar pelos discursos que temos, era orador que podia agradar, podia até encantar; mas nunca arrastar nem comover auditórios. As paixões não se perturbam ao ouvir as suas palavras; sempre a imaginação sente-se ferida por um raio de beleza, mas o coração nunca se agita, a vontade nunca se determina, enfim o ouvinte não se sente abrasado com o fogo da eloquência.<sup>12</sup>

Em todos os três trabalhos supracitados o sermonista de maior destaque é Monte Alverne.

Como vimos, a sermonística de Januário da Cunha Barbosa constitui-se em uma parte significativa e ainda pouco estudada da produção intelectual deste importante homem de letras, além de ser também instrumento essencial para uma análise mais completa da *cultura política* que se desenvolvia no período.

De acordo com Serge Berstein a *cultura política* constitui-se em um fenômeno evolutivo que corresponde a um dado momento da história, e que podemos identificar seu aparecimento, seu período de elaboração e também acompanhar sua evolução através do tempo. Seu nascimento corresponde às respostas dadas por uma sociedade aos problemas e crises de sua história. Respostas estas com fundamento suficiente para serem inscritas na duração e atravessarem gerações.<sup>13</sup> Esta noção não pode ser confundida com a da cultura global de uma sociedade, pois seu campo de atuação se limita ao político. Inscreve-se, dessa maneira, *no quadro de normas e valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado e do seu futuro*. Assim, dentro de uma mesma sociedade pode haver uma pluralidade de culturas políticas.<sup>14</sup>

O interesse na identificação de uma cultura política para o historiador é duplo. Primeiramente, porque em sua dimensão individual, esta noção nos permite compreender as raízes e as filiações dos indivíduos, bem como a coerência de seus comportamentos através da descoberta de suas motivações. Por outro lado, em sua dimensão coletiva, possibilita-nos compreender a coesão dos grupos organizados à volta de uma cultura, através da investigação da visão de mundo partilhada por eles, da leitura comum do passado, de seu vocabulário, sociabilidade, gestos e símbolos.<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> Ibid., p. 111.

<sup>13</sup> BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 355.

<sup>14</sup> Ibid., p.353.

<sup>15</sup> Ibid., 354.

A *cultura política* do período estudado esteve profundamente marcada pela liberdade de imprensa, pela formação de uma opinião pública<sup>16</sup> e pela utilização de um novo vocabulário político estruturado sobre os princípios básicos da Ilustração portuguesa, que adquiriu grande relevância no Brasil após a eclosão do movimento constitucionalista do Porto de 1820.

Os sermões de Januário – bem como os dos outros diversos oradores sacros do período – foram como as crônicas jornalísticas veículos de transmissão do ideário político, constituindo-se portanto, em importantes instrumentos pedagógicos. Através deles é possível analisar a atuação política do cônego fora das sociedades literárias, clubes secretos e lojas maçônicas, espaços privilegiados para a discussão da cultura política nascente. Tais espaços, frequentados principalmente por membros da elite intelectual da qual Januário fazia parte, excluía qualquer participação das camadas populares. Buscaremos assim, compreender em que medida política e religião misturaram-se nas pregações do Cônego.

Antes de passarmos à análise da sermonística januarista faz-se necessária a apresentação da trajetória biográfica deste *homem de letras* que atuou não apenas como sermonista, foi também um importante personagem da política brasileira no período de construção do Estado Imperial, atuando como jornalista, deputado, professor de filosofia, literato e diretor da Biblioteca Nacional.

## 1 A trajetória de Januário da Cunha Barbosa

Filho do lisboeta Leonardo José da Cunha Barbosa e da carioca Maria Bernarda de Jesus, Januário da Cunha Barbosa nasceu a 10 de julho de 1780 na cidade do Rio de Janeiro. Foi criado por seu tio paterno desde os nove anos de idade, quando tornou-se órfão de pai e mãe.<sup>17</sup> Aos 23 anos ordenou-se sacerdote, após concluir seus estudos no Seminário de S. José. Foi nomeado pregador régio da Capela Real do Rio de Janeiro, logo que a Corte portuguesa instalou-se no Brasil.<sup>18</sup> A partir deste momento deu início à produção de sermões, orações e discursos fúnebres e em ação de graças, proferidos no

---

<sup>16</sup> Opinião pública esta que, de acordo com Lúcia Neves, no Brasil de 1821-1822 impunha-se “de cima pra baixo”, cabendo aos homens de letras (grupo do qual Januário fazia parte) o papel de produzi-la. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003. p.111.

<sup>17</sup> SIGAUG, José Francisco. *Elogio Histórico do 1º Secretário Perpétuo, Cônego Januário da Cunha Barbosa*. **RIHGB**, 3ª ed., t.XI, 1848, p. 186-7.

<sup>18</sup> BITTENCOURT, Feijó. **Os fundadores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p. 171-3.

referido templo e em outras igrejas. No desempenho deste cargo recebeu o Hábito da Ordem de Cristo. Neste mesmo ano (1808), foi admitido como substituto na cadeira de Filosofia Racional e Moral, cadeira esta que passou a ocupar efetivamente no ano de 1814, lecionando até o final de sua vida. No ano de 1809 tornou-se pró-comissário da Ordem Terceira dos Mínimos.<sup>19</sup>

Membro da Maçonaria, Januário envolveu-se no conflituoso cenário político brasileiro do início da década de 1820, profundamente marcado pelos debates em torno da questão da Independência e da construção do Estado Imperial.<sup>20</sup> Nesse contexto, a imprensa desempenhou papel fundamental. Foi o palco onde desenrolou-se a verdadeira *guerra literária*, que inundou tanto Portugal quanto o Brasil de panfletos, folhas volantes e periódicos que traduziam as opiniões divergentes de cada lado do Atlântico sobre a hegemonia política dentro do Império luso-brasileiro.<sup>21</sup> Constituiu-se dessa maneira em um verdadeiro *laboratório onde tiveram lugar embrionárias e imprevisíveis formas de competição política*.<sup>22</sup> Os jornais, mais do que noticiar, eram responsáveis pela produção de acontecimentos. Neles as ideias liberais encontraram terreno fértil: lutava-se contra o *despotismo*, o *absolutismo* e pregava-se a *liberdade*. A palavra *povo* ganhou destaque revestindo-se de poder e legitimidade. *Pátria* e *nação* também foram termos amplamente utilizados. Outros termos apareceram – como *luzes*, *anarquia*, *eleição*, *voto*, *direito*, *fraternidade*, *emancipação* e *independência* – e revestiram-se de novos significados.<sup>23</sup>

A atuação política de Januário no cenário supracitado encontra-se profundamente atrelada à sua qualidade de maçom. O cônego foi integrante da loja *Commercio e Artes* – parte da *Grande Oriente do Brasil* – da qual também participavam Frei Sampaio, Joaquim Gonçalves Ledo, Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Manuel Joaquim Menezes, Athayde Moncorvo, José Maria de Sá Bittencourt, Mendes Vianna, entre outros. Como parte de suas atividades nesta loja, Januário recebeu a incumbência da divulgação dos ideais da Independência e com este objetivo trabalhou intensamente na imprensa e na

<sup>19</sup> SIGAUG, J. F. op. cit., p. 187.

<sup>20</sup> BARATA, Alexandre Mansur. *Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio e Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil*. In: CARVALHO, J. M. **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 353.

<sup>21</sup> NEVES, Maria Lúcia Bastos Pereira. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003. p. 47.

<sup>22</sup> LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.16.

<sup>23</sup> SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006. p.143.

política, chegando a eleger-se deputado por duas vezes,<sup>24</sup> como veremos mais à frente. Sua atuação como jornalista se inicia ao lado de seu companheiro maçom Joaquim Gonçalves Ledo, com a publicação do célebre jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, que começou a circular em 15 de setembro de 1821.<sup>25</sup> Aos 41 anos, Januário já desfrutava de bom conceito como professor e pregador régio, e também já havia escrito várias peças oratórias.<sup>26</sup> O *Revérbero* fora sua primeira publicação fora da linha religiosa. De acordo com Isabel Lustosa, do ponto de vista da imprensa, coube ao mesmo o papel deflagrador da campanha pela Independência brasileira.<sup>27</sup> Tal periódico circulou entre setembro de 1821 e outubro de 1822, representando uma tendência mais radical quanto ao liberalismo.

Novamente ao lado de Joaquim Gonçalves Ledo, juntamente com José Clemente Pereira e general Nóbrega, Januário assentou a representação que deu origem ao Conselho de Procuradores das Províncias, em fevereiro de 1822. Participou também da autoria do discurso proferido por José Clemente Pereira que pedia ao Príncipe Regente D. Pedro I que aceitasse o título de *protetor e defensor perpétuo do Brasil*; e de uma representação para a convocação da Assembleia Constituinte. Esta última foi alvo de uma forte oposição de José Bonifácio Andrada.<sup>28</sup> A oposição entre o chamado *grupo do Ledo* (do qual Januário fazia parte) e o *grupo do Bonifácio* já se fazia notar desde o início da efervescência constitucionalista que tomou conta do Rio de Janeiro em 1820.<sup>29</sup> As divergências entre estes grupos baseavam-se, sobretudo, em diferentes concepções acerca da soberania nacional. O primeiro grupo defendia *um governo baseado na soberania popular, tendo D. Pedro como chefe escolhido pelo povo e subordinado aos seus*

<sup>24</sup> DURAN, Maria Renata da Cruz. *Ecos do Púlpito: Oratória Sagrada no tempo de D. João VI*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p.117.

<sup>25</sup> BITTENCOURT. F. op.cit. p.176.

<sup>26</sup> IPANEMA, Cybelle de. “*Januário da Cunha Barbosa: para não esquecer*”. RIHGB 158, n.394, jan./mar. 1997, p. 116.

<sup>27</sup> LUSTOSA, I. op.cit., p.16.

<sup>28</sup> BITTENCOURT. F. op.cit. p.178-181.

<sup>29</sup> Estes grupos são caracterizados por Lúcia M. B. Pereira das Neves como “*grupo brasiliense*” e “*elite coimbrã*” respectivamente. No primeiro predominavam indivíduos que tinham a palavra impressa como o mais importante meio de comunicação com o mundo estrangeiro. Eram “homens de ação”, mais abertos as ideias do pensamento francês, assimiladas através da leitura de livros proibidos. Defendiam posturas mais radicais e reconheciam D. Pedro como chefe escolhido pelo povo e, portanto, subordinado aos seus representantes. No segundo grupo encontramos indivíduos que identificavam-se muito mais com a idéia de um império luso-brasileiro, nos moldes de Rodrigo de Souza Coutinho e da geração de 1790, do que com o projeto de independência. Eram simpáticos ao liberalismo moderado, que conservava a figura do rei como representante da nação, como um direito legalmente herdado através da dinastia. NEVES, L. M. B. P. *Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838)*. In: PRADO, M. E. **O estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Access, 1999. p. 19.

*representantes*. Já o segundo, advogava a ideia de *uma constituição que limitasse os poderes da Assembleia Legislativa, aceitando a autoridade do soberano como um direito legalmente herdado através da dinastia*.<sup>30</sup>

A oposição entre estes dois grupos culminou no processo de devassa determinado por José Bonifácio em 2 de novembro de 1822 contra os maçons (pertencentes ao grupo político rival) acusados de conspiração *contra o governo estabelecido, espalhando contra ele as mais atrozes calúnias, fomentando enfim a anarquia, e a guerra civil*.<sup>31</sup> Januário foi um dos arrolados no processo e a 7 de dezembro de 1822 foi preso, quando retornou ao Rio de Janeiro da viagem que havia feito a Minas Gerais, afim de conclamar os mineiros para a Aclamação do Príncipe. No dia 19 do mesmo mês foi condenado a deportação. Segue então para Havre, depois para Paris e finalmente transfere-se para Londres, onde imprime seu poema *Niterói*. Ainda no exílio escreve uma sátira política, *A rusga da Praia Grande*, publicada posteriormente no Rio de Janeiro em 1834.<sup>32</sup> De acordo com Sisson, ele aproveitou seu tempo no exílio para *ilustrar sua inteligência, habilitando-a com os frutos da experiência e a lição dos homens para melhor servir ao seu país, cuja prosperidade constituía o constante objeto de sua solicitude e anelo*.<sup>33</sup>

Em 1823 Januário da Cunha retorna ao Brasil, após ser liberado de sua pena devido à falta de provas relativas às acusações que sofreu ao lado de seus companheiros.<sup>34</sup> No ano seguinte foi agraciado com o oficialato da Ordem do Cruzeiro (4 de abril de 1824) e nomeado Cônego da Capela Imperial (25 de abril de 1824).<sup>35</sup>

Participou da primeira Assembleia Geral, em 1826, como deputado por Minas Gerais. Não se reelegeu e voltou a atuar como jornalista ocupando a direção da *Tipografia Nacional* e do *Diário Fluminense*. Como *escritor oficial* afastou-se de seus antigos companheiros políticos, defendeu atos do governo e passou a responder aos jornais da oposição *Aurora Fluminense*, *Astréa*, e *Verdadeiro Patriota*. De acordo com Feijó Bittencourt, Januário da Cunha foi defensor de D. Pedro I até o momento de sua abdicação em 1831. Após este episódio ele retomará suas atividades políticas ao lado da corrente que se reúne em torno de Evaristo da Veiga.<sup>36</sup>

<sup>30</sup> BARATA, A. M. op.cit. p. 356.

<sup>31</sup> Ibid. p. 362.

<sup>32</sup> BITTENCOURT, F. op.cit., p. 184-5.

<sup>33</sup> SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres**. Brasília: Senado Federal, Secretaria especial de Editoração e Publicação. Coleção Brasil 500 anos, 1999. Vol.1. p. 439.

<sup>34</sup> SLEMIAN, A. op.cit., p. 184.

<sup>35</sup> BARBOZA, Antonio da Cunha. *Esboço biográfico do Cônego Januário da Cunha Barboza*. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo LXV, parte II, 1903. p.200.

<sup>36</sup> BITTENCOURT, F. op.cit., p.187-9.

Em 1833, deu início à direção do *Auxiliador da Indústria Nacional* – periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), da qual era secretário. Tal periódico era veículo de ideias para o desenvolvimento do país – apresentava projetos de melhoramentos na agricultura, pecuária e manufatura. Januário foi autor de artigos cujas temáticas tinham alcance econômico e social.<sup>37</sup>

Por uma Lei de 3 de outubro de 1834, o cargo de diretor da Tipografia Nacional foi suprimido e suas atribuições passaram para o administrador da mesma. Neste ano então, Januário foi demitido de seu cargo e começou a redigir a *Mutuca Picante*.<sup>38</sup> No referido período, ele apoiava o ministério que destituiu Bonifácio do cargo de tutor de Pedro II e era ferrenho opositor de Bernardo Pereira de Vasconcellos. A partir de então, o tom de seus escritos sofrerá uma mudança significativa, Januário passará a dedicar-se à sátira política e através da *Mutuca*, periódico que lhe rendeu grande popularidade, vai travar uma verdadeira *guerra* na imprensa contra Vasconcellos.<sup>39</sup> Seu primeiro número veio a luz no dia 15 de setembro de 1834 e o último em 30 de janeiro de 1835. Era publicada duas vezes por semana pela Tipografia de T. B. Hunt & C. sob a epígrafe: *Vejam bem se assim vai boa, ou se ainda mais forte a querem*. Tinha por emblema uma vespa que tentava picar duas pessoas que a espantavam com as mãos. Em seus artigos, Januário publicava várias notas sarcásticas contra seus adversários políticos cognominados: *Rato Molhando, Topeira, Cavroé, Piolhoso, Tartufo, Cheiroso*, entre outros.

Outro evento de significativa importância que Januário teve ativa participação foi o da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no ano de 1838. Ao lado do militar Raimundo José da Cunha Matos, ambos membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, redigiu a proposta de criação desta instituição que constituiu-se em um dos importantes centros da Memória Nacional. Os proponentes justificavam a criação da mesma alegando seu caráter pedagógico que beneficiaria a administração pública e traria *esclarecimento* a todos os brasileiros. Destacaram ainda as dificuldades a que estavam sujeitas as investigações acerca da história da pátria devido à carência de um *instituto histórico e geográfico* que se ocupasse em centralizar os documentos que se encontravam espalhados pelas províncias do Império.

---

<sup>37</sup> IPANEMA, C. op. cit., 204.

<sup>38</sup> BARBOZA, A.C. op.cit., p. 187.

<sup>39</sup> BITTENCOURT, F. op.cit., p.190.

De acordo com Lúcia M. P. Guimarães a ideia do estabelecimento desta associação ilustrada representava um empreendimento de vanguarda semelhante ao que já ocorria em diversas localidades europeias, em meio a tantas crises institucionais pelas quais passava o país. Empreendimento este que Jacques Le Goff identificou como *destinado a fornecer a memória coletiva das nações os monumentos de lembrança*.<sup>40</sup>

Desde os primeiros anos de sua fundação o Instituto Histórico responsabilizou-se por coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos necessários para a escrita da história do Brasil.<sup>41</sup> Sua principal meta era dotar o país recém independente de um passado adequado às pretensões da monarquia. Sustentava dessa maneira um projeto político cuja consecução só seria viável através de uma militância intelectual homogênea, marcada pela fidelidade ao regime.<sup>42</sup>

A análise da lista de seus vinte e sete fundadores realizada por Guimarães revela o alcance da proposta de fundação de tal instituição. A autora demonstrou que ao lado de figuras aparentemente desvinculadas do panorama político do período, estavam algumas notabilidades da Corte. Homens cujas biografias confundiam-se com a própria trajetória do Estado Imperial. É importante ressaltar que a maioria dos personagens que participaram da criação do Instituto Histórico constituiu-se de políticos. Mais especificamente, podem ser identificados entre os fundadores dois grupos de políticos. Um composto por indivíduos que iniciaram sua carreira por ocasião da Independência, como os marechais Cunha Matos e Torres Alvim, que já prestavam serviços a Casa de Bragança desde o tempo de D. João VI; as figuras emblemáticas de Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira; parlamentares que principiaram suas vidas públicas na Assembleia Constituinte de 1823, como Caetano Maria Lopes Gama, Cândido José de Araújo Vianna, José Feliciano Fernandes Pinheiro, José Antônio da Silva Maia e Francisco Gê de Acaiaba Montezuma; e finalmente o ministro da Fazenda no 11º Gabinete do Primeiro Reinado, José Antônio Lisboa.<sup>43</sup>

---

<sup>40</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 156(388): 459-613, jul/set.1995. p. 473.

<sup>41</sup> GUIMARÃES, Manoel Lima Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p.6.

<sup>42</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *O "tribunal da posteridade"*. In: PRADO, M. E. **O estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: ACESS, 1999. p.36.

<sup>43</sup> A respeito desse assunto ver: GUIMARÃES, L. M. P. op.cit. (1995), p.474-482.

No outro grupo, composto por indivíduos que ascenderam ao aparato de governo após a Abdicação de D. Pedro I, encontramos Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Bento da Silva Lisboa, Joaquim Francisco Vianna e Rodrigo de Sousa da Silva Pontes.<sup>44</sup>

Levando em consideração o panorama político do período Regencial, encontramos nas relações acima elementos do antigo *Partido Restaurador*, que perdeu o sentido após a morte de D. Pedro I, em 1834, e remanescentes da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro. Esta última, uma entidade civil que fora organizada após a Abdicação, com o objetivo de *segurar e dirigir a opinião pública*, e que se constituiu como o principal reduto do chamado *liberalismo moderado*.

Diante disso, compartilhamos da opinião de Lúcia P. Guimarães, que afirma que os fundadores do Instituto não se reuniram motivados exclusivamente pelo amor às letras, ou porque sofriam com a *saturação do monopólio que a vida política vinha exercendo em suas mentes*. Esses homens aproximaram-se por estratégia política durante a gestão do Terceiro Gabinete da Regência, período em que Aureliano de Sousa Coutinho, Araújo Vianna e Bento da Silva Lisboa foram companheiros na formação do ministério.<sup>45</sup>

A autora aponta Januário da Cunha Barbosa como o grande *executivo* da fase inicial das atividades do Instituto. No período demitido do cargo de diretor da Tipografia Nacional por seu inimigo político Bernardo P. Vasconcellos, ele empenhou-se com afinco na coordenação e estruturação da agremiação, administrou-a e contribuiu com as ideias que, em curto prazo, renderam bons frutos. Januário também foi o responsável pela organização do seu periódico – a *Revista* – e logo em seu primeiro número publica seu *Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, texto onde exprime claramente a concepção de História que pretendia incentivar dentro dessa instituição. Seu discurso além de demarcar a fundação e possibilidade de uma escrita da história nacional, define o sentido político desta escrita para uma nação em gestação. Nesse sentido, *o conhecimento do passado, organizado segundo princípios de uma ciência, deveria estimular o patriotismo, entendido nos termos de uma identidade nacional a ser forjada*.<sup>46</sup>

Januário defendia a organização criteriosa das fontes e a luta contra o esquecimento dos  *fatos memoráveis*, tarefas estas que só seriam realizadas através da *imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caráter de um verídico*

---

<sup>44</sup> GUIMARÃES, L. M. P. op.cit. (1995), p. 481.

<sup>45</sup> Id.

<sup>46</sup> GUIMARÃES, M. L. S. op.cit., p.103.

*historiador*.<sup>47</sup> Dessa forma ele defendia um dos imperativos para a legitimação de um texto historiográfico, que se constituiria como autoridade sobre o passado desde que produzido a partir da pesquisa documental. Manoel L. S. Guimarães interpretou este trabalho de Januário como o de uma *cruzada pela escrita*, capaz de fixar uma memória daquilo que se desejava, e, sobretudo, daquilo que se necessitava recordar.<sup>48</sup>

Januário foi também o autor da proposta que pedia ao imperador menino que tomasse o IHGB sob sua imediata proteção e do plano de solicitação de subsídios à Regência, via Assembleia Legislativa.

Em agosto de 1840, já cansado e doente, Januário redigiu uma carta ao Imperador Pedro II, onde pedia auxílio para o último quartel de sua vida, apresentando-se como um *benemérito da pátria*. O cônego vinha acumulando dívidas desde sua viagem forçada à França e sua longa estadia em Minas Gerais em 1822. Neste ano ele tomou emprestados 400 contos de réis a 6% de juros ao ano. Após retornar ao Brasil, já se encontrava novamente sem dinheiro e realizou novo empréstimo de valor desconhecido. Januário recebia no período o equivalente a um terço de sua dívida por ano, somados seus ganhos como pregador real e professor régio. Provavelmente metade de sua renda destinava-se a gastos com moradia, já que ele não residia no convento. Em meados dos anos de 1830, ele recebia um numerário bastante razoável já que acumulava os salários dos cargos já citados e aqueles pagos pela Tipografia Nacional e pelo *Diário Fluminense* – aos quais futuramente se somaram os rendimentos obtidos pelos trabalhos na Biblioteca Nacional e no Conservatório Dramático – mas suas dívidas já eram por demais altas, por isso o pedido de auxílio ao Imperador.<sup>49</sup>

Januário justifica seu pedido afirmando que durante toda a sua vida prestou provas de amor à pátria, à Monarquia Constitucional Representativa e à *Augusta Dinastia Brasileira*. Em seguida começa a elencar todos os episódios políticos em que teve destacada participação, como na redação do *Revérbero*, na representação para a criação do Conselho de Procuradores das Províncias e também para a criação da Assembleia Constituinte. Declara injusta sua deportação, diante de tantos serviços prestados, mas que mesmo assim, quando retornou do exílio continuou a servir à pátria: redigindo a *Folha do Governo*, onde *sustentou a causa (do Brasil) com afinco e lealdade... emitindo sempre doutrinas de paz e de ordem, publicando artigos interessantes à civilização, e à indústria*

---

<sup>47</sup> GUIMARÃES, M. L. S. op.cit., p. 103-4.

<sup>48</sup> Ibid. p. 104.

<sup>49</sup> DURAN, M. R. C. op.cit., p.120.

*do país; ocupando-se do ensino público durante 30 anos, ele teve a consolação de haver instruído discípulos, que naquele momento honra[vam] os cargos da nação por suas letras e bons sentimentos; empregado como cônego da Capela Imperial cumpriu todos os seus deveres com prontidão, e boa vontade, e até pregando em muitas solenidades do governo, e funerais de príncipes; e incumbido da censura de peças teatrais, no tempo do Sr. D. Pedro I, no momento em que escrevia, ele podia dizer com segurança que tem aproveitado no desempenho de tão enfadosa tarefa, porque a moral pública não tem sido ofendida no Teatro de D. Pedro, depois que as peças tem sido por ele revistas e censuradas.* Assim ele resume seus trabalhos, lembrando ainda os serviços que prestou às letras brasileiras através de suas publicações no *Auxiliador da Indústria Nacional* e na *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.<sup>50</sup> Dessa forma, Januário começou a tecer sua própria memória, que logo após seu falecimento foi imortalizada nas páginas da *Revista* que ele mesmo fundou e dirigiu durante seu período de atuação no IHGB.

Em 1844 ele foi chamado para membro do Conservatório Dramático e em 5 de setembro desse mesmo ano, nomeado diretor da Biblioteca Nacional.

Faleceu a 22 de fevereiro de 1846, aos sessenta e seis anos, vitimado por uma febre intermitente e já quase cego, pouco tempo depois de eleger-se deputado à sexta Legislatura.<sup>51</sup> Às nove horas da manhã do dia seguinte, seu falecimento foi comunicado ao Ministro da Justiça pelo inspetor interino da Capela Imperial, o cônego Francisco dos Santos Moura. Seu corpo foi então transladado em um coche da Casa Imperial acompanhado pelo cabido da Igreja Metropolitana, pelo pró-comissário da Ordem Terceira e por mais treze sacerdotes, da Rua dos Pescadores, número 80, onde residia para a Capela da Vitória da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, onde fora autorizado seu sepultamento imediato pelo Ministro da Justiça.<sup>52</sup> Assim Januário encerrou seus dias: cego, velho e endividado, poucos meses depois de ter sido nomeado monsenhor. A oratória sagrada foi a atividade a qual se dedicou até o final de sua vida.

---

<sup>50</sup> ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Exposição do Cônego Januário da Cunha Barbosa sobre os seus serviços. s/d, 5 fls. Lata 49, Pasta 13.

<sup>51</sup> SISSON, S. A. op.cit., p. 442.

<sup>52</sup> DURAN, M. R. C. op.cit., p.120.

## 2 A Oratória Sagrada no Brasil oitocentista

Logo no início do século XIX o Brasil se constituía num território de poucos letrados, com um sistema administrativo ainda em formação e poucos espaços de reunião, onde a Igreja exercia um importante papel aglutinador.<sup>53</sup> Os eventos religiosos – dentro ou fora dos templos, em missas, sermões ou festejos – promoviam os raros momentos de encontro entre as pessoas fora de sua órbita familiar, tornando-se assim alvo de diferentes apropriações e formas de sociabilidade. Em uma sociedade cuja aptidão para a leitura e para a escrita era privilégio desfrutado por poucos, a comunicação oral predominava e veiculava a maior parte do subsídio para as discussões locais. Neste universo, o pároco pregador era o elo responsável pela ligação entre a massa iletrada e os mundos político, técnico e culto. As palavras dos sacerdotes vinham revestidas de uma enorme autoridade e não raras foram as vezes em que estes apropriaram-se das homilias, adequando-as às suas aspirações e conveniências.<sup>54</sup> De acordo com Bourdieu, a influência de um orador encontra-se proporcionalmente ligada ao capital simbólico que ele ostenta, em outras palavras, associa-se ao reconhecimento de que ele é um porta-voz autorizado.<sup>55</sup> Os pregadores exerceram grande influência sobre seus ouvintes, pois suas falas vinham revestidas de todo o capital simbólico pertencente ao grupo do qual eles eram representantes, no caso a Igreja. Ramiz Galvão situa o orador sagrado entre os homens e Deus, revestidos da “*divindade do juiz do universo*” constituíam-se nos representantes de Cristo.<sup>56</sup> Nas naves das Igrejas, o local de onde os oradores sagrados se pronunciavam era cuidadosamente bem posicionado, para que o representante do monarca e seus súditos junto a Deus fosse visto e ouvido claramente. O sermonista exercia um importante papel no desenvolvimento das virtudes de seu povo, pois era o responsável por estabelecer um contato direto dos seus ouvintes tanto com a palavra de Deus, quanto com a vontade do rei.<sup>57</sup>

O púlpito – neste período da recente transferência da Corte portuguesa para o Brasil – exercia ao mesmo tempo o papel de produtor e aglutinador de opiniões, antes

---

<sup>53</sup> DURAN, M.R.C. op.cit.(2010), p.14.

<sup>54</sup> SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **Do altar à tribuna: os padres políticos na formação do Estado Nacional Brasileiro (1823-1841)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. p. 43-4.

<sup>55</sup> BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. São Paulo: Edusp, 1996. p.89.

<sup>56</sup> GALVÃO, B. F. R. op.cit., p.12.

<sup>57</sup> DURAN, M. R. C. **Retórica e eloquência no rio de janeiro (1759-1834)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP: São Paulo, 2009. p.110.

mesmo que algumas medidas adotadas por D. João VI e pela população carioca colaborassem para a ampliação do espaço social da cultura. E a oratória sagrada, neste momento marcado pela ausência de lugares e meios para a circulação de ideias, foi decisiva para a definição de um universo literário compartilhado, bem como para a formação de um público para a literatura nacional.<sup>58</sup> A sermonística serviu como veículo de informação do poder monárquico e de divulgação dos valores europeus na colônia, através da formação de uma opinião pública. Complementava desse modo a instrução ministrada aqui, pois empenhava-se no ensino de um modo de pensar e agir considerado legítimo.<sup>59</sup>

É importante ressaltar que neste contexto histórico ainda não havia uma clara distinção entre as esferas política e religiosa, estas encontravam-se profundamente intrincadas. E mesmo após a Independência, a cultura política brasileira ainda permaneceu marcada por uma visão religiosa de mundo herdada de sua antiga metrópole. O recém-formado Estado brasileiro, tendo como religião oficial o catolicismo, consagrado por meio de uma Constituição promulgada sob a invocação da Santíssima Trindade, não conseguiu substituir a visão religiosa que dava sentido à existência de seus habitantes por uma ideologia estritamente secular.<sup>60</sup>

A influência mental, cultural e política que o clero exerceu sobre seus fiéis foi bastante significativa durante grande parte do período monárquico brasileiro. Através do magistério, da assistência, do púlpito e da catequese, o clero se constituiu no grande educador do povo, bem como o grande divulgador da cultura escrita, pois fazia parte do restrito círculo que possuía algum tipo de formação intelectual no país. Além disso, durante o período colonial a Igreja atuou também como um indispensável auxiliar administrativo do Estado, executando muitas vezes o que o poder civil tinha dificuldades logísticas para realizar: recenseamento e execução dos atos eleitorais locais, cobrança de impostos, inventários patrimoniais, manutenção da ordem social, etc. Assim, os padres logo que ordenavam-se lançavam-se necessariamente no campo da política, mais como uma consequência natural do lugar ocupado pela Igreja na cristandade colonial do que por opção. Mesmo após a independência, o Estado brasileiro não pôde abrir mão dessa estrutura administrativa burocrática organizada pela Igreja, permanecendo assim

---

<sup>58</sup> DURAN, M. R. C. op.cit.(2010), p.75.

<sup>59</sup> DURAN, M. R. C. op. cit.(2009), p. 111.

<sup>60</sup> SOUZA, F. J. O. op.cit., p. 24.

dependente no que se referia ao sistema de documentação, ao controle de informação sobre a população local e à estrutura de pessoal e edifícios.<sup>61</sup>

Devido à intrincada relação entre política e religião vivenciada no período, os pregadores eram peças imprescindíveis ao poder real e conseqüentemente ao bom funcionamento do reino. Foi por isso que muitos padres encontraram maneiras muito particulares de conjugar os universos político e religioso. Muitos deles, assim como Januário da Cunha Barbosa, participaram ativamente da arena política do Primeiro Reinado e Regência, fazendo com que suas identidades políticas e religiosas convivessem estabelecendo relações de complementaridade e, algumas vezes, de contradição.

### **3 A influência retórica na arte de pregar**

A oratória sagrada possuía uma série de regras que submetiam seu exercício a uma lógica muito estrita. Mesmo tendo no improviso um de seus maiores trunfos, ela foi profundamente normatizada. Essa normatização procedia da grande influência retórica que marcou o ensino luso-brasileiro a partir de segunda metade do século XVIII.

Após a expulsão dos jesuítas do ensino lusitano em 1759, a instrução foi dividida em duas áreas: os estudos maiores (marcados pela reforma da Universidade de Coimbra) e os estudos menores (que iniciaram-se com a instituição das aulas régias). Tal sistema foi estabelecido em todo o reino, inclusive nas conquistas. A disciplina de retórica foi introduzida em todos os cursos da universidade e seu exame foi instituído como prerrogativa para o ingresso em Coimbra, que passou a ser a única universidade do reino. As novas diretrizes desta instituição passaram então a basear-se no *Verdadeiro método de estudar* de Luis Antonio Verney. Este autor, além de tecer diversas críticas aos jesuítas, ressaltava a necessidade da instrução da população na utilização da língua pátria. A retórica, nesse sentido, além de popularizar o ensino de uma lógica que permitia que as pessoas expressassem suas opiniões em língua portuguesa, transportou as prerrogativas do saber e do estudo para o cotidiano da população.<sup>62</sup>

No *método de estudar* desenvolvido por Verney as disciplinas História, Geografia e Gramática deveriam ser acompanhadas da Retórica, e nos anos subsequentes Grego e mais História deveriam ser estudados. A Retórica seria a responsável pelo alinhamento

---

<sup>61</sup> Ibid., p.47.

<sup>62</sup> DURAN, M. R. C. op.cit.( 2009), p.19-20.

desses saberes e pela disponibilização dos diversos tipos de discursos através dos quais os alunos poderiam expressar suas opiniões a respeito das matérias estudadas.<sup>63</sup>

Assim, a influência da retórica estendeu-se por toda a sorte de estudos e na vida das pessoas, visto que pensar e se expressar de maneira satisfatória já era garantia de sucesso na comunicação entre os homens do período. Em ambientes como os da administração do Estado ou da Igreja, a retórica era língua comum e seus funcionários eram especialistas nesta disciplina. Desse modo, quanto mais um indivíduo ambicionasse alcançar estes círculos de poder, maior seria sua dedicação aos estudos retóricos, e quanto maior fosse o convívio com essa elite letrada, maior seria o uso que faria dos mesmos.

No Brasil, até 1828, não houve o que se chamou de estudos maiores, logo os brasileiros que desejassem ter acesso a este tipo de estudo deveriam ir para Coimbra. Inicialmente um conhecimento aprofundado de retórica marcava a distinção entre aqueles brasileiros que tiveram a possibilidade de completar seus estudos na metrópole e aqueles que permaneceram na colônia. Posteriormente, este conhecimento passou a simbolizar a união, visto que igualou a linguagem do sábio à do ignorante, pois focou no português o aprendizado do raciocínio, alargando assim a possibilidade de entendimento entre uma suposta elite cultural e a massa popular, entre metropolitanos e colonos. Neste momento, assistimos ao surgimento de um grupo de letrados brasileiros provenientes de um extrato populacional que mesmo não podendo completar seus estudos em Coimbra, conseguiam estabelecer um diálogo com os graduados desta universidade, já que dispunham de uma linguagem comum.<sup>64</sup>

As referências da retórica neste período variaram entre uma retórica clássica como a grega e a latina, e uma retórica sagrada, como aquela ministrada pelos jesuítas. Seus grandes mestres foram Cícero, Demóstenes, Bossuet, Massillon, Vieira, entre outros.

A retórica foi uma das disciplinas mais presentes na insipiente educação colonial brasileira. Inicialmente, o conhecimento da disciplina limitava-se a uma elite letrada que tinha posses suficientes para concluir seus estudos em Coimbra, ou cujos interesses religiosos levassem ao estudo da matéria.

Após a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, as mudanças no ensino lusitano foram fomentadas na colônia por D. João VI, seguindo os mesmos padrões estabelecidos em 1759 em Portugal. Uma nova bibliografia disseminou-se no Brasil, incluindo compêndios de retórica e eloquência, nos quais se estabelecia um código de

---

<sup>63</sup> Ibid., p.21.

<sup>64</sup> DURAN, M. R. C. op.cit.( 2009), p.25.

posturas para o beletrista local. Através destas obras fixou-se uma fórmula pela qual a eloquência passou a ser apreendida como fruto da natureza, da arte e do exercício de ler, escrever, ouvir e falar. Em consequência deste novo padrão educacional delineou-se um espaço e um perfil para um grupo social que não era nem rico, nem pobre, mas instruído.<sup>65</sup>

Saber expressar-se através da fala, neste contexto, era muito importante, pois esse era um dos únicos meios de comunicação possíveis na época, mesmo para as famílias mais abastadas. O domínio da habilidade de leitura, no final do século XVIII, não era muito útil ao brasileiro, visto que além de desnecessária, a leitura era considerada uma atividade perigosa pela maior parte da população. Portanto, tendo por objetivo a comunicação com um grande número de pessoas, falar era a melhor saída, pois era garantia de entendimento.

Por ser uma disciplina requisitada nos exames de Coimbra, a retórica manteve-se como prerrogativa imprescindível no currículo daqueles que pretendiam cursar alguma das faculdades da única universidade do reino. Já entre os menos abastados, as lições de eloquência eram tomadas por meio dos sermões e dos discursos proferidos nas Igrejas.<sup>66</sup>

Entre os brasileiros, a educação – um dos meios de elevar o espírito – era considerada uma responsabilidade da Igreja. Os padres foram responsáveis por inculcar na população local o hábito de ouvir e falar como uma disciplina instrutiva, situando na eloquência as qualidades do bom estudante. Após a transferência da Corte portuguesa para o

Brasil, a instrução fluminense beneficiou-se com alguns avanços promovidos pelos decretos que permitiram a instituição de tipografias, o comércio de livros, a expansão do sistema de ensino e posteriormente pela exposição da população a um novo tipo de convívio social. O sistema de aulas régias também expandiu-se por meio do aumento do número de cadeiras oferecidas e do salário dos mestres.<sup>67</sup> Mesmo assim a educação brasileira ainda permaneceu sob forte influência da Igreja, já que a maioria dos mestres e professores régios eram padres, pois constituíam uma das camadas mais instruídas do país. Os sermões entoados pelos pregadores nas Igrejas também ajudavam a complementar a instrução ensinando um modo de pensar e se expressar considerados legítimos.

---

<sup>65</sup> Ibid., p.61.

<sup>66</sup> DURAN, M. R. C. op.cit.( 2009), p. 62-4.

<sup>67</sup> Ibid., p.67.

Ramiz Galvão diferencia a eloquência sagrada da profana a partir de três princípios – sua fonte de inspiração, sua finalidade e o meio pelo qual se serve para alcançar seus objetivos:

O primeiro inspira-se na religião, e não tem senão como razões secundárias a política e as coisas da terra, que são para o orador profano os primeiros móveis de Eloquência: o orador sagrado olha para o céu, tem por desideratum aniquilar as paixões, serenar os espíritos, e, quando muito, despertar um sentimento cristão, enquanto o segundo faz consistir seu triunfo no abalo dessas mesmas paixões, e dá por completa sua missão quando agita as ondas populares, ou perturba os corações; o orador sagrado enfim combate os movimentos desordenados do espírito para conduzi-lo, ou analisa as fraquezas humanas para destruí-las, enquanto o orador profano sopra o fogo dos sentimentos enérgicos para arrastar, ou faz alavanca das contradições do homem para persuadir.<sup>68</sup>

Aos oradores sagrados – representantes de Cristo – cabia a tarefa de explicar os mistérios da religião, celebrar os heróis do cristianismo, difundir o Evangelho, e castigar *com apostólica liberdade os abusos dos grandes do mundo, proclamando a miséria e o nada da natureza humana, ainda diante das pompas vaidosas, que costumam acompanhar a realeza até no tumulto, para só glorificar a Deus sobre as alturas...*<sup>69</sup> De acordo com o padre Lopes Gama, eles estavam suspensos *em igual distância* entre o céu e a terra, bebiam diretamente do seio de Deus os preceitos que transmitiam à multidão, formando assim o primeiro elo da cadeia que unia a criatura ao Criador, o Céu à terra.<sup>70</sup>

Este último autor estabelece um paralelo entre a eloquência sagrada e a deliberativa, classificando a primeira como mais *vasta* e mais *sublime*.

É mais sublime; porque fala em nome do Céu, cujos oráculos explica, e comenta; porque nos mostra ao longe nas suas regiões luminosas, e seus prazeres inefáveis; porque seus clientes são a consciência, e a lei revelada; seus títulos os direitos do homem, e os milagres da Divindade; os interesses, que agita, são os de um longo futuro, os da eternidade em suma. Ela é ao mesmo tempo mais vasta; porque conquanto seja divina em seu fim, é humana em seus meios; e posto se exprima em nome de Deus, fala sempre ao homem; porque protege todas as suas enfermidades; porque a inocência oprimida, a infância órfã, a paciente velhice, todos os infortúnios em suma lhe fazem cortejo e são defendidas pela sua voz.<sup>71</sup>

Para frei Martinho do Rosário, a arte da retórica dependia da erudição dos oradores que deveriam inspirar-se tanto no estudo dos textos clássicos, quanto na observação do

<sup>68</sup> GALVÃO, B. F. R. op.cit., p.11.

<sup>69</sup> Ibid., p.12.

<sup>70</sup> GAMA, Miguel Sacramento Lopes. **Lições de eloquência nacional**. Tomo I. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de F. de Paula Brito, 1846. p.242.

<sup>71</sup> Id., p.244.

comportamento dos *bem falantes*. Eles deveriam manter uma conduta constante para garantir seu crédito social, disciplinar a razão através do estudo e possuir natureza sensível aos sentimentos. Deveriam também saber manipular as paixões de seus ouvintes em favor próprio, para que desse modo a plateia concordasse em ouvi-lo.<sup>72</sup>

Januário da Cunha Barbosa, sem dúvida bebeu dessas fontes para a composição de seus discursos. Uma de suas referências foi Mr. Reybaz, cuja obra *Conselho a um novel ministro do Evangelho sobre a arte de pregar* foi traduzida pelo cônego, mas não chegou a ser publicada.<sup>73</sup> Neste estudo, voltado para aqueles que iniciariam a carreira do púlpito, são destacadas algumas características essenciais a um bom sermônista. Logo no início, o autor destaca que *poucas vocações há que exijam uma maior reunião de talentos como a do Ministério Evangélico. A este devem contribuir todos os dons do espírito, todas as faculdades da alma, e as qualidades do corpo as mais essenciais*. Para conquistar as qualidades do espírito os futuros ministros deveriam aplicar-se em bons estudos, *Uma certa abundância de ideias, um grande conhecimento da Escritura Santa, será o fruto de um estudo refletido*.<sup>74</sup> O *conhecimento do coração humano* é tão indispensável ao pregador quando o da Escritura Santa. Para alcançar esse conhecimento, ele deve estudar os *Moralistas, que se tem feito célebres por seus escritos, tais como Theophrasto, La Bruyere, Duclas, Lavocheforchaud, etc; leia e releia sobre todos Massillon, esse grande orador a quem nada se oculta nas trevas do coração humano*.<sup>75</sup>

Outra qualidade *preciosa e essencial* do orador, destacada por Reybaz, é a sensibilidade, qualidade esta que, pertencente à alma, não poderia ser adquirida, mas era suscetível de ser desenvolvida. Para seu desenvolvimento o autor aconselha:

Evitai por isso os espetáculos que endurecem o coração, frequentai aqueles que dão impressões doces, nutra o vosso espírito de leituras ternas, que inspiram virtudes, e cujas pinturas verdadeiras e naturais abalam o coração sem atormentar.<sup>76</sup>

Outros atributos que os pregadores deveriam possuir eram: boa memória, para que os discursos pudessem ser recitados de cor; voz vigorosa para atrair a atenção do auditório

<sup>72</sup> Martinho do Rosário, apud DURAN, M. R. C. op. cit. (tese), p.48.

<sup>73</sup> ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Conselho a um novel ministro do Evangelho sobre a arte de pregar. Por Mr. Reybaz. Tradução do Cônego Januário da Cunha Barbosa, s/1, s/d. 9fls. Lata 118 – Doc.9

<sup>74</sup> Idem. Todos os destaques encontram-se no manuscrito.

<sup>75</sup> ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Conselho a um novel ministro do Evangelho sobre a arte de pregar. Por Mr. Reybaz. Tradução do Cônego Januário da Cunha Barbosa, (sem data), (sem numeração de páginas). Lata 118 – Doc.9, p.2.

<sup>76</sup> Idem, p.3.

e evitar a monotonia; articulação adequada, pois a pronúncia correta das palavras contribuía mais para que os pregadores fossem ouvidos do que a própria extensão da voz; e, finalmente, clareza de pensamento, para que se exprimissem sem embaraço. Estas seriam as condições primárias que formariam um bom ministro do Evangelho. Além disso, o orador deveria preocupar-se em manter equilibradas timidez e confiança, mostrando ter opinião modesta e sábia. Deveria também fixar-se nos seus ouvintes, *é só a Assembleia que ele se deve dirigir, que ele deve encarar, interrogar, fazer-lhe proposições, exorta-la, exprobrá-la.*<sup>77</sup> O gestual, nesse sentido, também deveria ser apropriado: *verdadeiro, expressivo, simples e variado.* O gesto é caracterizado pelo autor como essencial na arte oratória, mas por ser *inspirado pelo sentimento e pelo pensamento*, dificilmente se submetia a regras:

As mãos devem vir em socorro da palavra, que elas sabem exigir, prometer, chamar, detestar, interrogar, recusar e indicar as diversas aflições da alma – o gesto é a palavra das mãos; por ela explicam todos os seus sentimentos e transmitem seus pensamentos todos.<sup>78</sup>

Padre Lopes Gama ressalta que os oradores deveriam conservar a moderação no que diz respeito ao gestual:

Se há regras para estes movimentos; só serão para os moderar, e acomoda-los ao lugar, ao tempo, ou a classe dos ouvintes, aos usos, costumes e estilos: mas como estas circunstâncias locais, morais e civis admitem muitas distinções, nós as reduzimos, como já dissemos a respeito do gesto, a dois preceitos gerais que são; naturalidade e decoro.<sup>79</sup>

Destaca ainda que as qualidades necessárias a um orador evangélico *são uma grande dignidade no seu porte, um gesto nobre, uma voz clara, sonora e firme.* Ele deve *pintar*, não *sentir* as paixões, por isso necessita conservar fisionomia *tranquila e franca*, que inspire *o amor de Deus, da Religião, da virtude e do próximo.* Além dessas qualidades físicas, deve possuir qualidades intelectuais: *imaginação* para construir suas abstrações religiosas e filosóficas; *razão*, através da qual ele irá escolher, distribuir e encadear suas provas em uma ordem sistemática; *elocução*, qualidade essencial para a enunciação de seus pensamentos; *espírito de observação* através do qual enxergará e julgará o mundo; e finalmente, *memória* – indispensável no púlpito onde os discursos são recitados de cor.<sup>80</sup>

<sup>77</sup> Idem, p.5.

<sup>78</sup> Idem, p.7.

<sup>79</sup> GAMA, M.S.L. op.cit. p.165.

<sup>80</sup> Idem, p.246.

Para Inácio Felizardo Fortes, autor de um dos célebres compêndios de retórica que circularam na primeira metade do século XIX, um orador deveria possuir três qualidades básicas: bondade, ciência e missão legítima. Para se alcançar o primeiro atributo o orador deveria ter vida exemplar, capaz de mover o auditório mais por seu exemplo que por suas palavras. O segundo atributo era sinônimo do conhecimento de Filosofia, Retórica, Escritura Sagrada, Teologia Dogmática e Moral. O terceiro e último atributo era proveniente da designação dos superiores para que os oradores viessem a pregar, ou da licença dos mesmos. Os meios que deveriam ser exercitados para se alcançar a persuasão dos ouvintes, de acordo com Fortes eram: *entendimento vivo, arte, imitação, exercício de ler e de compor*.<sup>81</sup>

Frei Martinho do Rosário também fala a respeito das características que devem ter os oradores, destacando que os mesmos deveriam possuir conduta constante para garantir seu crédito social. O sucesso seria alcançado através da *arte de disciplinar a razão e de uma natureza sensível aos sentimentos*. O domínio da razão efetuava-se através do estudo e a sensibilidade poderia ser exercitada através da observação.<sup>82</sup>

Junqueira Freire descreve o orador como um predestinado, afirmando que ele – como o poeta – *nasce, não forma-se*. Ambos, *cedo ou tarde, derramam a luz que lhes ilumina a inteligência - expandem o fogo, que lhes acende o coração. Porque a eloquência é um dom somente divino*.<sup>83</sup> Mas, como os outros autores ressalta que deve *imprimir nos espíritos dos ouvintes o deleite, a convicção, a persuasão de alguma verdade*.<sup>84</sup>

Em caminho oposto segue Lopes Gama, ao afirmar que mesmo necessitando do *engenho*<sup>85</sup>, *que só a natureza dá*, o orador deve aperfeiçoar-se estudando a língua, as leis, os costumes, as paixões, e o gosto do seu tempo para *persuadir, mover, e deleitar* seus ouvintes. Deve ainda saber *ordenar suas palavras, medir suas frases, vestir suas razões, esforçar seus afetos e sustentar o discurso para chamar a atenção e captar a benevolência*

<sup>81</sup> Inácio Felizardo Fortes apud DURAN, M. R. C. op.cit.(2010), p.105.

<sup>82</sup> Martinho do Rosário apud DURAN, M. R. C. op.cit. (2009), p. 48-51.

<sup>83</sup> FREIRE, Junqueira. **Elementos de Rhetorica Nacional**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1869. p.5

<sup>84</sup> Idem, p.6.

<sup>85</sup> “Engenho pois significa aquela virtude do ânimo, e natural disposição nascida conosco, e não adquirida por arte, ou indústria, a qual nos torna aptos para empresas extraordinárias, e para o descobrimento de cousas altas e secretas; por isso os Gregos e Latinos chamaram engenho a natureza de qualquer cousa: e assim também toda a invenção nas Artes argue engenho, e o que carece deste dom nativo nunca será, senão um imitador mais, ou menos perfeito das operações de outrem.” GAMA, M. S. L. op.cit., p.173.

daqueles que o ouvem. De acordo com ele, *a graça e o mérito do orador está não só em expressar bem o que sente, senão ainda o que não sente; e que nesta ficção, faz quase tudo a arte, e bem pouco a natureza.*<sup>86</sup>

O mesmo autor destaca ainda uma série de atributos que deve ter o bom orador:

uma grande elevação de espírito, um juízo delicado, e um profundo discernimento aperfeiçoado com a prática do mundo, e com a sólida instrução de várias faculdades. É necessária uma especial extensão de memória, uma imaginação viva, uma compreensão fácil, uma voz clara, e distinta, uma figura agradável, um gesto senhoril, uma pronúncia animada, além de outras muitas qualidades, que comumente, ou são entre si incompatíveis, ou mui dificultosas de se acharem em um homem.<sup>87</sup>

A estrutura dos discursos também foi tema muito frequentado nos manuais de retórica que circularam no período. De acordo com Fonseca, os discursos deveriam seguir a fórmula geral da retórica conhecida como *dispositio*: *exórdio* para começar, momento em que se ganhava a atenção do ouvinte; *proposição* para apresentação da causa a ser defendida; *provas* nas quais se argumentava sobre o tema escolhido e; finalmente, *epílogo* para encerramento do discurso, onde deveria ser apresentado um breve resumo do que havia sido exposto.<sup>88</sup> Felizardo Fortes ressalta a importância do exórdio na composição dos sermões, que deveria manter com ele uma íntima relação.<sup>89</sup> Reybaz destaca que os pregadores não deveriam se esgotar nesta fase do discurso. Era conveniente entrar na matéria a ser tratada com *repouso, elegância e simplicidade*. A serenidade deveria ser conservada e a atitude do corpo, no momento da recitação, deveria ser tranquila como ele, acompanhada de um gestual comedido. No caso da estrutura dos sermões, Reybaz afirma preferir *as divisões formalmente explícitas a aquelas que só são indicadas por meio de transições, na contextura dos discursos*. Segundo ele, os discursos que trazem suas divisões implícitas nas transições são os mais belos e mais naturais, mas nem sempre são os mais sensíveis e adequados *para ouvintes de ligeira atenção, para quem não favorece a memória*. O autor prefere, portanto, adotar as divisões subentendidas para os discursos escritos, *onde o leitor pode rever o plano que o autor traçara*. Já para os discursos recitados são adotadas as divisões expressas, pois *por elas muito mais se auxilia a memória*. A respeito das transições ele afirma:

<sup>86</sup> Idem. p.VII.

<sup>87</sup> Idem, p.3.

<sup>88</sup> Pedro José da Fonseca apud DURAN, M. R. C, op.cit. (2009), p. 97.

<sup>89</sup> Inácio Felizardo Fortes apud DURAN, M. R. C. op.cit.(2010), p. 105-6.

As transições mais frequentes serão de ideias intermediárias, que ligam o que se tem dito com o que se vai dizer. Quando estas ideias são naturais, quando são felizmente expressadas, formam transições de bom gênero, despertam o espírito e o ferem de uma surpresa agradável. (...) Se estas transições não se oferecem facilmente ao vosso espírito, não excogiteis alguma; passai sem intermediário de um a outro artigo, esta passagem cortada desagradará menos do que uma transição forçada em que se não vê mais do que o impotente empenho de alinhavar partes, cuja diferença se fará ainda mais sensível pelo esforço de as reunir.<sup>90</sup>

A persuasão do leitor ou ouvinte a favor das causas apresentadas também foi um aspecto do discurso bastante abordado nos compêndios. A respeito desse tema três elementos deveriam ser trabalhados: os *afetos*, os *costumes* e as *provas*. Para que o leitor/ouvinte se dispusesse à mudança proposta pelo orador deveriam ser atingidos os *afetos*. No que se refere aos *costumes*, os mesmos deveriam ser observados para que se estabelecesse uma relação entre aquele que ouvia e aquele que falava. Finalmente, as *provas* concluíam o discurso, não deixando dúvidas acerca das razões necessárias à ação do ouvinte, por sua vez já persuadido pelo orador.

De acordo com Pedro José da Fonseca, autor do *Tratado dos afetos e costumes Oratórios, considerados a respeito da eloquência* (1786), eram treze os afetos mencionados por Aristóteles: ira, brandura, amor, ódio, medo, confiança, pejo, descaramento, graça, misericórdia, indignação, inveja e emulação. O ódio, afeto inteiramente oposto ao amor, deveria ser exercitado no exagero dos vícios e maldades daquele contra quem o discurso se movia. O medo também tinha papel de destaque e deveria ser exortado através da denúncia de um grande mal, risco de destruição ou de grave dor, caso as atitudes consideradas inadequadas não fossem reprimidas. Nesse sentido, uma das primeiras regras para moção dos afetos era a da limitação das ações dos ouvintes através da apresentação dos riscos que ele corria, caso não seguisse as ideias do orador. Este último, sempre um escolhido pela Igreja ou Estado e, por isso, portador de conselhos moralmente seguros.<sup>91</sup> Para Fonseca, o orador deveria caminhar no limite tênue de conhecer vivamente os sentimentos que expunha e manter-se à margem dos mesmos para garantir o controle de seu discurso. Os exemplos, sobretudo os históricos, se constituíam na melhor maneira para inspirar a confiança dos leitores/ouvintes na medida

<sup>90</sup> ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Conselho a um novel ministro do Evangelho sobre a arte de pregar. Por Mr. Reybaz. Tradução do Cônego Januário da Cunha Barbosa, (sem data), (sem numeração de páginas). Lata 118 – Doc.9, p.6.

<sup>91</sup> FONSECA, Pedro José. *Tratado dos affectos e costumes Oratórios considerados a respeito da eloquência* dividido em duas partes.

em que comprovavam o desfecho de certas ações expostas e atestavam a lisura (ou seu contrário) de determinados processos.<sup>92</sup>

A presença do orador entre aqueles a quem dirigia a palavra era essencial para seu aperfeiçoamento, já que desta forma ele poderia estabelecer uma observação constante da linguagem de seu público. Este procedimento deveria inculcar no orador uma conduta de constante vigilância, pois para que fosse respeitado não poderia fugir à conduta que pregava.<sup>93</sup>

Entre as provas que o orador deveria dar a seus ouvintes, a principal delas deveria ser a sua própria vida. Elas deveriam servir para que o público se convencesse da utilidade da postura pregada. Caso o orador recomendasse atitudes muito diferentes das suas, possivelmente sua fala seria considerada inconsistente e seus ouvintes não se moveriam em função do que era dito.<sup>94</sup>

#### **4 A sermônica de Januário da Cunha Barbosa**

Logo após a chegada de d. João VI e todo o séquito real foram nomeados de uma só vez quatorze pregadores régios e mais seis ou sete ao longo do ano de 1808. Estes pregadores que passaram a ocupar a Capela Real gozavam de um status diferente dos demais religiosos. Como a Igreja exercia uma importância preponderante na vida e no reinado de d. João VI, os responsáveis pela Capela Real, mais importante templo da Corte, possuíam um enorme prestígio junto à sociedade carioca.<sup>95</sup> As verbas destinadas à recém instalada capela somavam significativa quantia, o que aliado ao fato de serem seus pregadores os poucos a manterem um contato direto com o rei e sua corte, contribuía ainda mais para sua diferenciação dos demais religiosos locais.<sup>96</sup> Os padres eram funcionários do Estado, responsabilizavam-se pelos registros dos casamentos, nascimentos e mortes, pela arrecadação dos dízimos, pela construção e administração das Santas Casas de Misericórdia, orfanatos e recolhimentos, além de atuarem também na área da educação. Como pagamento desta parceria na administração colonial, os religiosos recebiam suas cômputas anuais, renda que era complementada pelas contribuições pagas pelos moradores das localidades onde os estabelecimentos religiosos

---

<sup>92</sup> Ibid., p.97.

<sup>93</sup> Bento Rodrigo Pereira de Soto Meneses apud DURAN, M. R. C. op.cit. (2009), p.101.

<sup>94</sup> Ibid., p.102.

<sup>95</sup> DURAN, Maria Renata da Cruz. *Frei Francisco do Monte Alverne no Rio de Janeiro de D. João VI*. In: **Revista do IHGB**, a. 170 (442): 45-73. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, jan/mar. 2009. p.45.

<sup>96</sup> DURAN. M. R. C. op.cit.(2009). p.111.

atendiam à população.<sup>97</sup> Daí podemos concluir que os pregadores da Capela Real desfrutassem também de uma situação econômica diferenciada se comparada aos demais colegas de profissão.

Após o retorno de d. João VI para Portugal em 1822, a sermonística passou a perder parte do espaço conquistado no período joanino, já que d. Pedro I além de não ser adepto do gênero, era pouco afeito às críticas que os pregadores haviam se acostumado a fazer. Mesmo assim foram mantidos alguns pregadores imperiais e as pompas desta fala até a sua abdicação em 1831.<sup>98</sup> Encontra-se, portanto, entre os anos de 1808 e 1824 o período áureo dos pregadores reais, depois imperiais.<sup>99</sup> Januário da Cunha Barbosa esteve entre estes quatorze primeiros pregadores nomeados.<sup>100</sup> Neste período com vinte e oito anos de idade e cinco de sacerdócio, ele deu início à produção de seus sermões, orações, discursos fúnebres e em ação de graças proferidos na Capela Real e outras igrejas.

Os sermões do período eram redigidos sob encomenda de alguém, de uma associação, da família real ou por designação das ordens a que os pregadores pertenciam. Convidados ou designados, os pregadores não podiam preparar um sermão sobre um tema que lhes agradasse, fazia-se necessária uma aprovação ou convite, anterior à apresentação para que o sermão pudesse circular.<sup>101</sup>

A defesa da monarquia era bastante comum nos sermões. Através dos pregadores, a religião contribuía pra o fortalecimento do poder dos monarcas. No Brasil, os sermonistas utilizaram como arquétipos as obras de Bossuet e Massillon, pois a influência da cultura francesa fazia-se mais presente no Rio de Janeiro do que a portuguesa, no início do século XIX. Bossuet compara o poder do monarca, que atua em todo o reino, ao poder de Deus que se faz sentir em todo o mundo. Se a autoridade de ambos decair, toda a ordem das coisas entra em colapso.<sup>102</sup>

Nos primeiros anos em que Januário atuou como pregador régio escreveu inúmeros louvores a d. João VI, louvores estes compartilhados pelos outros pregadores da Capela Real, afinal foi o Príncipe Regente o responsável pelo prestígio alcançado por

---

<sup>97</sup> Ibid., p.109.

<sup>98</sup> DURAN, M. R. C. *Frei Francisco do Monte Alverne, pregador imperial: roteiro para um novo estudo*. In: **Revista Intelectus**, Ano 3, v. II, 2004. Disponível em: [www.intelectus.uerj.br](http://www.intelectus.uerj.br)

<sup>99</sup> DURAN, R. M. C. op.cit.(2010), p.82.

<sup>100</sup> ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Provisão sobre a criação de 14 pregadores régios efetivos para a Real Capela do Rio de Janeiro e nomeação do Padre Januário da Cunha Barbosa. para um desses lugares, pelo Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho. 31 de agosto de 1808. DL 59.2.

<sup>101</sup> DURAN, R. M. C. op.cit. (2010), p. 131.

<sup>102</sup> Bossuet Apud DURAN, R. M. C. op. cit. (2010), p.111.

estes. Muitos foram os sermões em graças, honra e louvores destinados à família real e principalmente a d. João VI. A maior parte dos sermões que Januário da Cunha Barbosa produziu no período destinaram-se a estas temáticas.

Em 19 de dezembro de 1808, Januário profere na Capela Real seu *Sermão de ação de graças pela feliz restauração do reino de Portugal*<sup>103</sup>, nele d. João VI figura como aquele que *começa a aparecer à face das Nações, recompensado das suas virtudes*, sendo a história a responsável por fazê-lo *passar à última posteridade*<sup>104</sup> por ter restaurado a monarquia portuguesa libertando-a do jugo francês:

Os Rios de Portugal, e do Brasil batem as palmas nos transportes do seu justíssimo contentamento, os montes parecem falar de alegria, porque a Divina Onipotência conduziu os Portugueses a recobrar a herança dos seus legítimos Soberanos, proclamando entre lágrimas de um santo prazer o nome daquele grande PRÍNCIPE, que o Céu nos havia dado, e que o inimigo das Nações jurara sobre a sua espada, que não havia de ser lido mais no Catálogo dos Príncipes da Europa, esquecido sem dúvida de que ele estava mais gloriosamente escrito em caracteres indeléveis, pela mão do Patriotismo, do Amor, e da Fidelidade no fundo dos corações de todos os esforçados Portugueses.<sup>105</sup>

Ao tratar da dominação francesa do território português, podemos observar um dos primeiros elementos retóricos presentes na sermonística de Januário, nesse caso, a tentativa da manipulação dos afetos. Observamos o exagero na descrição das “maldades” arquitetadas pelo inimigo francês contra o povo de Portugal e Casa de Bragança:

Iludindo a fidelidade de um povo, que o recebera desarmado entre os seus benignos braços, que lhe dera o respeitável ósculo da paz; rompendo caviloso os tratados de uma amizade, que a Prudência do nosso Augusto comprara com milhares de sacrifícios; prometendo reproduzir nas margens do pacífico Tejo as fabulosas idades de ouro, enquanto sobre nós estendia um pesado cetro de ferro; roubando os braços à charrua, o sustento dos povos, e aos altares o incenso, o inimigo bravateando disse: *Persegurei o vosso PRÍNCIPE*; e os Portugueses estremeceram horrorizados, porque se consideravam ofendidos no objeto mais respeitável do seu amor; *farei, que cesse de reinar a prole da antiquíssima Casa de Bragança*; e os Portugueses choravam com os olhos fitos no Céu, escutando da boca de um mortal a sentença, que os faria eternamente desgraçados; *dividirei com os meus as suas riquezas, a minha espada irá feri-lo em qualquer parte da terra, que ele habite...*<sup>106</sup>

<sup>103</sup> É este o primeiro sermão que temos de Januário, que, como os demais encontram-se na Biblioteca Nacional.

<sup>104</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. **Sermão de ação de graças pela feliz restauração do Reino de Portugal pregado na Real Capela do Rio de Janeiro na manhã de 19 de dezembro de 1808**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809. p. 5

<sup>105</sup> Ibid. p. 6-7.

<sup>106</sup> BARBOSA, J. C. op.cit.(1809), p. 5.

Dando prosseguimento aos louvores pela restauração da monarquia, ele apresenta as características que deve ter um bom soberano e assinala a importância da Religião como sustentáculo do trono, temática esta que permeará toda a sua sermonística.

Nações e povos de todo o Universo, voltai as vistas ao Ocidente da Europa, e confessai de hoje em diante, que a vitória não é mais um sinônimo do nome Francês, como proferira, agravando a vossa desgraça, o devorador do vosso antigo sossego. Conheci agora, oh Reis, aprendei Monarcas, e Juizes da terra; aquele PRÍNCIPE, que se faz respeitar dos seus vassalos mais pelo amor de um Pai, do que pela força de um Soberano; aquele PRÍNCIPE, que zela os sagrados deveres da Religião, que segundo escreve um Sábio da antiguidade, é a preciosa cadeia de ouro, que suspende os tronos da terra segura no supedâneo do Trono da Divindade; aquele PRÍNCIPE em cujo coração habita a virtude, em cujos lábios a verdade se mostra em todos os seus fulgores, ah! Nunca verá perdida a sua herança, deslumbrada a sua glória, ou alheados os seus direitos.<sup>107</sup>

Na *Oração de ação de graças... celebrando-se o quinto aniversário da chegada de S. A. R. com toda a sua família a esta cidade...*<sup>108</sup> Januário destaca novamente o papel do príncipe regente como virtuoso salvador da nação portuguesa. E ressalta o poder da Providência divina, responsável por conduzir os destinos da política e de todo o mundo para um determinado fim.

No mundo moral, assim como no mundo físico, todos os acontecimentos se encadeiam, e tendem para algum fim. O Político, muitas vezes observando calado a marcha dos sucessos, assinala no futuro a época em que eles tem de aparecer; muitas vezes também eles escapam às vistas do Sábio, mas nem por isso deixam de ser conduzidos pela mão invisível da Providência, que se declara em favor da virtude, quando ela parece abandonada dos Céus e da terra.<sup>109</sup>

Comparando França, Portugal e Espanha reafirma o pressuposto que começa a se insinuar acima, de que no mundo regido pela Providência longe da religião – promotora da virtude – os impérios perecem. Reforça dessa maneira a união indissolúvel entre o altar e o trono. União esta que garantiu o sucesso da península ibérica frente a *destruição moral* promovida pela Revolução ocorrida na França.

Ali, sem respeito ao que escrevera um dos seus mais acreditados Políticos, quando assegurava, que *nenhum Código pode existir sem*

<sup>107</sup> Ibid. p. 8.

<sup>108</sup> Todos os títulos e citações foram atualizados ortograficamente.

<sup>109</sup> BARBOSA. Januário da Cunha. *Oração de ação de graças recitada na Capela Real do Rio de Janeiro celebrando-se o quinto aniversário da chegada de S. A. R. com toda a Sua Real Família a esta cidade. Oferecida ao Ilustríssimo Senhor Paulo Fernandes Vianna, do Conselho do Príncipe Regente Nosso Senhor, Fidalgo Cavaleiro da Sua Real Casa, Comendador da Ordem de Cristo, Desembargador do Paço, e Intendente Geral da Polícia da Corte e Estado do Brasil etc.* Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813. p. 8.

*Religião, porque Ela é como um suplemento da Lei porque Ela estende o seu domínio ao fundo do coração do homem, onde jamais poderá chegar a coação da Lei positiva humana, eles perseguiram desumanamente o Sacerdócio, demoliram os Templos, profanaram os Altares, riram-se das cerimônias as mais santas, e deram ao culto de meros fantasmas o incenso, que se queimava em honra do verdadeiro Deus. Aqui os corações ainda não estavam prostituídos à impiedade; ainda generosamente se enterneciam quando escutavam os gemidos da humanidade oprimida; ainda as mãos e os olhos se erguiam para os Céus implorando o remédio de tantos males... E quem não dissera, Senhores, meditando profundamente sobre este contraste, que acabo de apresentar-vos, que a Península estava marcada pela Providência para ser o berço da liberdade do Continente; que os seus povos não dormiam em uma paz tão profunda, senão para acordarem mais robustos, e num momento o mais oportuno de despertar com a fama de suas proezas, aqueles que já dormiam cansados de lutar com o grande Gigante da Revolução?*<sup>110</sup>

Podemos observar também na passagem acima novamente a utilização do recurso da manipulação dos afetos. Observaremos que a exortação do medo foi uma constante na sermônística de Januário, bem como na da maioria dos pregadores seus contemporâneos. Nesse tipo de estratégia o recurso aos exemplos históricos foi frequente.

Em 1818, a temática da Religião como sustentáculo do Trono foi novamente reforçada na Oração fúnebre nas exéquias de D. Maria I:

Ainda mesmo sem o testemunho das Escrituras, quando nos ensinam que por Deus reinam os Reis, e os Legisladores acertam, nós temos a razão mostrando-nos bem claramente, que a religião dos povos deve principiar da Religião dos Soberanos, para que o governo se ligue em todas as suas partes, e para que se consolide este grande edifício, que as divisões arruinam, segundo a linguagem do Evangelho. E de quanta consolação não é para todos os Portugueses a certeza de que os seus Príncipes herdando com o Cetro a virtude dos seus Maiores adiantam a felicidade dos seus povos com os exemplos da Religião?<sup>111</sup>

Assim como d. João VI, D. Maria I foi louvada por Januário por suas virtudes cristãs, essenciais aos soberanos:

...ela já sabe que os louros, que se herdam murcham de certo não sendo regados com os suores de quem os recebe; que a púrpura dos Soberanos não pode brilhar sem a luz das virtudes Cristãs, e que a Realeza sem virtudes é um peso, que oprime aquele sobre quem recai; é bem como um cipreste, que parece elevar-se aos Céus sem favorecer a terra com os seus frutos. [...] que os seus conhecimentos tanto nas ciências divinas como nas humanas, sobrepujavam as forças de sua mocidade; que a

<sup>110</sup> Ibid. p. 10-11.

<sup>111</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. **Oração fúnebre nas exéquias da muito alta, muito poderosa e fidelíssima Senhora D. Maria I, Rainha do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, celebradas na Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco de Paula pelos oficiais do Regimento de milícias n.3 do Rio de Janeiro.** Bahia: Na Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva. Ano de 1818. p.8.

aplicação voluntária e não interrompida denotava que já percebia a necessidade de instruir-se para bem governar; e que no silêncio de seu retiro doméstico prostrada diante dos Santos Altares, fazendo subir o seu espírito àquele de quem os Reis dependem, ela testemunhava com o Sábio que *sem o temor de Deus não pode haver uma verdadeira Sabedoria*.<sup>112</sup>

Comemorando o décimo aniversário da chegada da Corte no Brasil, Januário afirma que a transferência da Monarquia Lusitana para território brasileiro foi responsável pela salvação da mesma e dos outros soberanos da Europa:

A mudança do Trono Lusitano arrastou a mudança dos Soberanos da Europa, o que então parecera fraqueza aos pretendidos sábios, hoje deixa-se ver como hum daqueles golpes da eterna Sabedoria, que confunde todos os humanos juízos. [...] Uma Nau foi asilo e a esperança do Império Lusitano, e sendo governada pela mão da Providência, como bem se manifestou no memorável dia 29 de Novembro de 1807, conservou a Monarquia o tronco pelo qual ele havia de renascer. A salvação do Soberano de Portugal produziu de certo a salvação dos Soberanos da Europa...<sup>113</sup>

De acordo com Januário, a paz que deve sempre prevalecer entre as Nações, que *desperta a indústria, anima o Comércio, favorece as Artes, eleva as Ciências, produz Virtudes...* só foi alcançada graças ao *acerto do Nosso Grande Soberano*.<sup>114</sup> Após a chegada da Família Real o Brasil alcançou um estado de grande prosperidade e tornou-se *respeitável à face de todas as nações*.

Abriram-se, abriram-se os nossos portos ao Grande Príncipe, que de tão longe nos procurava conduzido pelo braço da Providência, e abriram-se por isto mesmo todas as fontes da prosperidade publica; o Brasil na comoção que experimentou com a presença de hum Príncipe, que o felicitara sempre com as suas leis, tomou repentinamente uma forma muito mais brilhante. [...] A indústria, que parecia tolhida em suas azas, porque lhe faltavam talvez os seus verdadeiros estímulos, porque não via hum campo vastíssimo sobre que voasse, começando a ser favorecida nos seus esforços, aparece já nos diversos ramos de que o Estado se adorna. A franqueza do Comércio, com que o Nosso Augusto marcou a Época do seu desembarque no Brasil, principiando deste grande benefício, a não interrompida cadeia das suas grandes Mercês, deu novas forças a Agricultura, que parecia estar ainda muito próxima do seu berço, que mal segura em seus passos, vagarosa caminhava sem aqueles conhecimentos, que diminuem o seu trabalho, e sem aqueles prêmios, que hoje colhe da extraordinária exportação dos seus produtos.

<sup>112</sup> Ibid. p.9-10.

<sup>113</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. **Oração de Ação de Graças que celebrando-se na Real Capela do Rio de Janeiro, no dia 7 de março de 1818 o décimo aniversário da chegada de Sua Majestade a esta cidade, compôs, recitou e oferece com permissão D'El Rei Nosso Senhor a José Carvalho Ribeiro, sem sinal de gratidão e amizade...** Rio de Janeiro: Tipografia Régia, 1818. p.6-7.

<sup>114</sup> Ibid. p.14.

As Nações da Europa apareceram nos nossos portos convidadas pelo Gênio liberal do Soberano, que lhes franqueara hum comércio muito mais amplo, e muito mais vantajoso ao Brasil, as luzes do antigo mundo refletiram sobre o novo; as descobertas dos Sábios nos foram prontamente comunicadas, e das novas relações, que contraímos, resultarão novos, e mais fáceis meios para o aumento das nossas riquezas, da nossa indústria, e dos nossos conhecimentos. [...] o trabalho, que assim como desenvolve as forças do homem, assim também multiplica as dos Estados, faz aparecer o Brasil respeitável á face de todas as Nações, pelas grandes preciosidades que possui, e de que vai usando sabiamente animado por hum Soberano, que o Céu tão visivelmente protege.<sup>115</sup>

Destaca ainda a importância de uma *prudente reunião de forças* entre Brasil e Portugal para a conservação de *nossa felicidade*:

Se os Mares nos separam interpondo uma grande distância, o Amor, e a Sabedoria do Soberano nos ajuntam; reuniram-se todos os nossos interesses, porque igualou-se a nossa glória; as Quinas Sagradas não serão menos respeitáveis, aparecendo no mundo sobre a Esfera do Brasil, do que cingidas pelos Castelos dos Algarves; a nossa felicidade será inalterável, Senhores, porque de uma prudente reunião da forças, resultou sempre a mais firme conservação dos edifícios...<sup>116</sup>

### 2.3.1. O constitucionalismo independentista

Assistiu-se no mundo luso-brasileiro, entre os anos de 1820-1822 um intenso debate em torno das ideias liberais, propiciado pela divulgação – até então jamais vista – de escritos diversos sob a forma de panfletos e jornais.<sup>117</sup> Os sermões religiosos também refletiram os principais aspectos desse debate incorporando todo o vocabulário utilizado pela imprensa e contribuindo para a divulgação do mesmo.

Percebe-se nesse contexto o surgimento de uma nova linguagem política pautada nos princípios básicos da ilustração portuguesa, que veio à tona com a eclosão do movimento constitucionalista do Porto que ocorreu em 1820. Ao longo do ano seguinte, os escritos que veicularam esse ideário esclarecido basearam-se principalmente em dois conceitos antagônicos: o de *despotismo* e o de *liberalismo/constitucionalismo*. Ambos os conceitos vão congrega em torno de si um conjunto de palavras anunciadoras de princípios e definidoras tanto de direitos como de deveres do cidadão.<sup>118</sup>

<sup>115</sup> Ibid. p.17-19

<sup>116</sup> BARBOSA, J. C. op.cit. (1818), p.20-21.

<sup>117</sup> NEVES, L. M. B. P. op.cit. p. 16.

<sup>118</sup> Ibid. p. 119.

O conceito de *despotismo* empregado no período foi o de Montesquieu: “*governo que em um só, sem lei, nem regra, tudo arrasta pela sua vontade e pelos seus caprichos*”. Representava a negação da liberdade, tão valorizada naquele contexto, opondo-se ao governo constitucional. Tal conceito manteve uma relação de proximidade com outros, tais como: *tiranía, arbitrariedade, poder absoluto, Antigo Regime, opressão, servilismo e escravidão*.

Encarnado num soberano anônimo era o *despotismo* a causa das desgraças das Nações e também o responsável pela ignorância, por privar os homens do conhecimento e por proibir-lhes o uso da razão.<sup>119</sup>

No polo oposto ao *despotismo* encontrava-se a *liberdade*, que também foi utilizada em oposição ao sistema colonial. Simbolizando a rejeição ao governo despótico, transformou as palavras *livres e constitucionais* em sinônimas.<sup>120</sup> A *liberdade* passou a se constituir na essência da vida do homem, revestindo-se de um novo significado que ultrapassava o sentido mais filosófico, comumente encontrado nos dicionários da época. Ela deveria ser garantida por uma Constituição, através de medidas e providências governamentais que assegurassem o sossego e a união.

A palavra *Constituição*, nesse contexto, reunia em si todos os atributos para solucionar os principais problemas do mundo luso-brasileiro. Era na prática o instrumento que realizava o ideário político do Liberalismo. Simbolizava a Regeneração vintista e expressava os anseios políticos dos membros das elites política e intelectual tanto do Brasil quanto de Portugal.

Dentro deste conturbado contexto político, profundamente marcado pela efervescência constitucionalista encontramos dois sermões de Januário da Cunha Barbosa: um que *precedeu ao ato da junta eleitoral de comarca*<sup>121</sup>, publicado no ano de 1821; e outro em comemoração ao primeiro aniversário do juramento da constituição lusitana<sup>122</sup>, de 1822. Através deles poderemos observar o emprego deste novo vocabulário político que surgiu no período.

---

<sup>119</sup> NEVES, L. M. B. P. op.cit. p. 120-1.

<sup>120</sup> Ibid. p. 145.

<sup>121</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. **Discurso no fim da missa solene do Espírito Santo, celebrada na Igreja dos Terceiros Mínimos pelo reverendíssimo Doutor Vigário Geral deste bispado, e que precedeu ao Ato da Junta Eleitoral de Comarca, no dia 15 de maio de 1821**. Rio de Janeiro: Tipografia Régia, 1821.

<sup>122</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. **Oração de Ação de Graças que recitou na Real Capela, no dia 26 de fevereiro, solenizando-se por ordem de Sua Alteza Real o primeiro aniversário do juramento D’El Rei e povo desta Corte a Constituição Lusitana, e oferece ao mesmo Augusto e Constitucional Regente do Brasil o seu autor**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1822.

Em 1821, Januário abre seu discurso ressaltando a importância da eleição como um ato *de maior importância tanto pela Religião, como pelo Governo*, pois dependendo dos votos estavam *a Pátria, o Reino do Brasil, toda a Nação Portuguesa*. Era dos eleitores a responsabilidade de lançar *as primeiras pedras nos alicerces da prosperidade do Brasil*, juntando seus esforços aos dos *Irmãos dos Reinos de Portugal e Algarves*, que deram início à construção do *majestoso edifício de nossa glória*, elevando o Brasil à categoria de Reino Unido. Tal união, de acordo com ele deveria ser preservada e consolidada para que se alcançasse uma *eterna e necessária prosperidade*.<sup>123</sup>

O surgimento da palavra *eleição*, neste contexto, esteve intimamente ligado à ideia de convocação de Cortes. Ela, além de refletir o ideário liberal, legitimava a soberania e dava a possibilidade ao cidadão de exercer a sua liberdade através do voto. Este último era a expressão da opinião pública, logo o cidadão deveria ser um bom eleitor, que por sua vez – como elo entre a sociedade e os deputados – deveria ser merecedor da confiança pública para manejar corretamente a soma dos interesses individuais.<sup>124</sup> Os eleitores eram os depositários da expressão e da vontade da sociedade no momento da nomeação daqueles que iriam governá-la. Por isso, deveriam possuir *luzes e talentos*, dotes estes ainda mais indispensáveis na figura do deputado.

De acordo com Januário, na escolha dos deputados os eleitores deveriam sempre primar por aqueles indivíduos *mais sábios e mais patriotas, porque a Sabedoria e a Virtude são os principais instrumentos dessa obra; que deve resistir aos golpes dos perversos e do tempo*.<sup>125</sup>

Situado no centro do sistema representativo, o deputado era uma figura chave da política liberal. Deveria ser o cidadão honesto, o político virtuoso e o indivíduo letrado.<sup>126</sup> Barbosa destaca em seu discurso que na Assembleia deveriam reunir-se a *glória da religião com a glória da Pátria*, através de deputados que reunissem as *maiores e mais brilhantes virtudes, tanto Religiosas como Civis*, que se distinguissem por suas *luzes e conhecimentos*, pois era disto que carecia *a Pátria e a Nação*, no momento de organização do *Grande Código*. Nesse sentido, um só deveria ser o objetivo dos eleitores: *a pública necessária Nacional Regeneração*.<sup>127</sup>

<sup>123</sup> BARBOSA, J. C. op. cit. (1821), p.3.

<sup>124</sup> NEVES, L. M. B. P. op.cit., p.177.

<sup>125</sup> BARBOSA, J. C. op.cit. (1821), p.4.

<sup>126</sup> NEVES, L. M. B. P. op.cit., p.179.

<sup>127</sup> BARBOSA, J. C. op.cit. (1821), p.4-5.

Percebemos aqui que não só de luzes e virtudes políticas necessitavam os deputados, as virtudes cristãs também faziam-se necessárias. Esta mescla entre a religiosidade e o espírito racional do século – característica herdada da ilustração portuguesa do século XVIII – foi uma constante, não apenas nos sermões religiosos, mas em todos os escritos políticos de um modo geral. A *Pátria*, solenizada ao nível do sagrado, também associava-se à religião. Tal conceito adquiriu uma nova dimensão a partir do movimento constitucional, que passou a identificá-la como promotora do espírito público em oposição ao individualismo monárquico. Era ela a *mãe comum* e nas mãos dos cidadãos, intérpretes de suas vontades, estava seu destino. Sua *Regeneração* era identificada a uma causa santa, profundamente ligada ao Evangelho e às virtudes cristãs.<sup>128</sup> Era através dela que se restituíam os antigos direitos que a Nação Lusa havia perdido devido ao despotismo que predominou em todo o Império. A palavra *regeneração* sempre vai aparecer associada à ideia de *constituição*, que previa uma nova ordem das coisas.<sup>129</sup>

Mantendo uma estreita relação de proximidade com o conceito de *Pátria*, temos a *Nação* centro da qual deveriam partir as principais determinações políticas. Além de significar a *reunião dos povos que obedecem a uma mesma lei e a um mesmo sistema de governo*, ela representava a fonte, a origem e o princípio da soberania. Dela derivavam todos os poderes políticos.<sup>130</sup>

Depois de dar vivas à *Santa Religião*, ao *Nosso Rei D. João VI*, a *Augusta Dinastia de Bragança* e à *Constituição*<sup>131</sup>, Januário conclui seu discurso clamando aos Céus:

Fazei que toda a glória, que procuramos por este Ato tão Religioso como Civil, redunde em glória da Santa Religião, que professamos, para que unidos todos por uma Constituição, que esperamos nos afortune sobre a terra, possamos subir ao vosso Reino pelos degraus da virtude, que tanto nos recomendais no vosso Evangelho.<sup>132</sup>

A oração de ação de graças pelo primeiro aniversário do juramento da Constituição lusitana redigida por Barbosa em 1822 é, dentro o conjunto de fontes disponível, um dos discursos que apresentam o maior número de elementos do vocabulário constitucionalista do período. Nele Januário além de louvar o juramento da Constituição, reclama direitos iguais de Representação nas Cortes para portugueses e

<sup>128</sup> NEVES, L. M. B. P. op.cit., p. 205.

<sup>129</sup> Ibid. p.170.

<sup>130</sup> Ibid. p. 210.

<sup>131</sup> BARBOSA, J. C. op.cit. (1821), p.5.

<sup>132</sup> Ibid. p.7.

brasileiros, condena o despotismo ministerial e defende uma união igualitária entre Brasil e Portugal com a presença do Regente no Brasil.

O juramento da constituição é celebrado como a *feliz e necessária política Regeneração*. E é através dela que o Brasil tornou-se digno de ocupar um *lugar distinto* no cenário mundial, pois

dirigindo-se pelo movimento geral da Europa, arrancou ao Despotismo o Cetro de ferro; e recebendo das mãos da Igualdade a Carta de sua Emancipação, para ocupar um lugar distinto na Cena do Mundo, deu um grande exemplo de valor e de brio, de energia e de virtude. Sim, Concidadãos, foi hoje que recobramos a existência Moral; foi hoje, que nos mostramos dignos dos sublimes dotes com que o Criador nos enriquecera; que nos forramos da dependência vergonhosa de prejuízos infamadores, e opostos à sociabilidade; que entramos de uma maneira honrosa no Corpo Social, e empossamo-nos de Direitos inauferíveis que tinha-nos à legitimidade entre as Nações.<sup>133</sup>

O *cetro de ferro* fez parte da linguagem metafórica ligada ao conceito de *despotismo*, tão condenado no período. Outros termos metafóricos como *cadeia*, *grilhões* e *jugo* palavras que traziam em si o significado de *ferir o homem na própria carne* – também foram empregadas atribuídas ao *despotismo*, aos privilégios das camadas dominantes e, posteriormente a 1822, ao arbítrio das Cortes portuguesas.

A *Carta de Emancipação* recebida das *mãos da Igualdade* é uma menção clara à Constituição, filha do progresso das Luzes e única capaz de frear os abusos do poder absoluto, estabelecendo os justos limites para o poder real. Foi somente através dela que o Brasil pôde entrar de uma *maneira honrosa* no quadro das Nações.

Para Januário a monarquia lusitana havia sido a adotada por Deus, porque erigiu-se sobre *Bases Constitucionais*, que *ambicioso Despotismo*, por longo tempo suplantara, substituindo-lhe a *Inquisição* e a *Inconfidência*, ensurdeceu o nosso Rei às sugestões do Ministério, e abriu seu coração ao grito da verdade.<sup>134</sup> Podemos observar aqui uma característica bastante comum nos textos políticos do período: condenava-se o despotismo, mas a figura do déspota dificilmente era atribuída a um indivíduo específico dos governos anteriores. Buscava-se dessa forma preservar a figura do monarca. Mais comum era o *despotismo ministerial*, onde o rei era enganado por seus ministros e secretários, não sendo responsável, portanto, pelos atos do governo.<sup>135</sup>

<sup>133</sup> BARBOSA, J. C. op.cit. (1822), p.2.

<sup>134</sup> Ibid. p.4.

<sup>135</sup> NEVES, L. M. B. P. op.cit., p.123.

Além da libertação do despotismo, os brasileiros tinham ainda outros motivos para comemorar, pois havíamos passado de um *estado de opróbrio e morte para outro de honra e vida Nacional e Política*, sem o *correr do nosso sangue, sem comoções intestinas, sem violação de propriedades, sem ultraje da honra e da virtude, sem desdouro da Dignidade Real, e sem proclamação de princípios subversivos*.<sup>136</sup> É o princípio da moderação que vemos empregado aqui: o sistema colonial havia sido deixado para trás sem subversões da ordem estabelecida.

Mais à frente Januário vai condenar o sistema colonial estabelecido no Brasil, *sempre favorável a alguns Monopolistas da MetrÓpole e também sempre incurioso [sic] e injusto no respeito daqueles de quem arranca os maiores lucros; sempre aborrecido aos olhos da Razão, da Natureza e da Humanidade*.<sup>137</sup> É importante ressaltar, que as críticas que se faziam a este sistema no período relacionavam-se à sua incompatibilidade com as Luzes do século e com o sistema liberal. Tais críticas não implicavam na ideia de separação com Portugal. A partir do triunfo das ideias liberais, não se aceitava mais que o Brasil ficasse sujeito à antiga metrÓpole, exigiam-se igualdade de condições políticas para ambas as partes do Reino, mas a separação ainda não era cogitada como alternativa.<sup>138</sup>

Januário vai acusar também o Ministério de oprimir os brasileiros através do sistema colonial. Em momento algum a figura do soberano aparece como a do opressor ou dirigente do sistema colonial:

não podemos todavia contestar a malícia de um Ministério, cioso da nossa prosperidade, em tempos que já as luzes das Ciências aconselhavam um método mais doce, e melhor combinado com os direitos do homem; em tempos, que já a experiência bradava no Norte da América, que a opressão exaspera os oprimidos, que não pode ser durável, porque é o estado contrafeito; e que, pelo contrário, a moderação regulada pela justiça e pela igualdade, concilia, vincula e fraterniza os corações mais discordes.<sup>139</sup>

De acordo com ele, nesse período os políticos já sabiam que o Brasil seria *o penhor do respeito das outras Nações para com a Portuguesa, a âncora da Salvação da Monarquia na Europa*, e fizeram dele vítima de *uma Política pouco ilustrada, mas sobejamente ambiciosa e arbitrária*.<sup>140</sup>

<sup>136</sup> BARBOSA, J. C. op.cit. (1822), p.4.

<sup>137</sup> Ibid. p.6.

<sup>138</sup> NEVES, L. M. B. P. op.cit., p. 213.

<sup>139</sup> BARBOSA, J. C. op.cit. (1822), p. 6.

<sup>140</sup> Id.

Atribui ao príncipe regente a nossa *Emancipação*<sup>141</sup>, que nos libertou do jugo colonial de forma pacífica, sem prejuízo da monarquia:

Chegou finalmente a época da nossa feliz e desejada Emancipação... de se libertarem as Colônias do jugo, que naturalmente odeiam, sem salpicar de sangue a Carta da sua Liberdade, e sem estabelecê-la sobre as ruínas do Trono; que a glória dessa operação desconhecida, mas admirável, estava reservada ao Príncipe Regente de Portugal; que na antiga ilustre Primogênita do Brasil seria lançada a primeira pedra para o edifício indestrutível da nossa franqueza, com o respeitável filantrópico Diploma da abertura dos nossos Portos ao Comércio de todas as Nações, que ainda hoje faz morder-se a inveja; que na leal e fértil Cidade do Rio de Janeiro, nesta Tyro Americana, se firmaria o Trono Português abalado na Europa, aclamando-se com entusiasmo superior a toda a expressão, na Capital do novo Reino, que se ligara ao de Portugal e dos Algarves, o primeiro Príncipe que atravessara o Oceano, para talvez segurar esta bem considerável parte da Monarquia. Sim, porque como escreve um atilado Político, o Brasil então ter-se-ia separado de Portugal, se Portugal não viera a ligar-se a ele pela mudança do seu Regente e do seu Trono.”<sup>142</sup>

Notemos que a *emancipação* de que Januário trata liga-se à abertura dos Portos e à transferência da corte, o que mais tarde elevou o Brasil à categoria de Reino Unido. Concluindo que se o Brasil não se tivesse libertado do jugo colonial, teria se separado de Portugal. Mais à frente ele vai afirmar que essas medidas não foram suficientes, que *lançaram-se os alicerces do grande edifício da nossa desejada Liberdade, mas ainda não era o edifício* e que mudanças políticas mais profundas seriam necessárias:

O nosso Ministério, ou pensou fascinar-nos com a glória de nossa franqueza Comercial, da elevação do nosso Continente à categoria de Reino, e de outros muitos acontecimentos que nos encheram de júbilo, mas que nem por isso satisfizeram todos os nossos desejos; ou cego ele mesmo não viu, que apenas tinha dado um passo para a nossa futura grandeza, consolidando os nossos direitos com a brilhante representação, que nos erguia a face do mundo, mas que ainda não era o termo da nossa completa felicidade.<sup>143</sup>

A felicidade dos brasileiros, de acordo com ele, só se completou através do juramento da constituição que selou um *novo Pacto Social entre o Rei e o Povo, salvando-nos por este ato recomendável em todas as circunstâncias dos horrores de uma guerra civil.*<sup>144</sup>

<sup>141</sup> Como visto acima, “emancipação” ainda não representava a separação com Portugal.

<sup>142</sup> BARBOSA, J. C. op.cit. (1822), p. 8.

<sup>143</sup> Ibid. p.9.

<sup>144</sup> Id.

De maneira geral os escritos políticos adotaram a expressão *pacto social* para designar o aspecto contratual da constituição, inserido nos postulados de Rousseau, no seu *Contrato Social*, traduzido em Portugal em 1821. Este novo *pacto social* estabelecido entre o rei e o povo era a expressão da vontade geral da Nação. Esta *vontade geral* possuía significados diferentes para os grupos políticos opostos – *coimbrãos* e *brasilienses*<sup>145</sup> – que predominavam no cenário político brasileiro do período. Para os coimbrãos significava a vontade da maioria representada em Cortes. Recusando a ideia do sufrágio universal, eles afastavam-se de Rousseau e aproximavam-se mais da ideia do contrato de Locke, que não se referia explicitamente à soberania popular, aceitava apenas a soberania da Nação que se efetivava através das eleições. Somente os representantes da elite brasiliense aceitavam proposta de soberania popular.<sup>146</sup>

O conceito de *soberania* foi um dos que representou a tendência de impessoalização do poder no período, em oposição à autoridade pessoal e exclusiva do monarca do Antigo Regime. A soberania residia essencialmente na Nação que é livre e independente e que, portanto, não se constitui em patrimônio de ninguém.<sup>147</sup>

Para Januário a soberania residia na Nação que confiava o poder ao soberano e aos seus representantes:

...o Soberano é a Nação, que esta não podendo usar de todos os seus Direitos por sim mesma, confia parte aos seus Representantes, parte ao seu Rei; mas que estes dois poderes não devem perder por um só momento a lembrança da sua origem comum, antes devem consultar e estudar as necessidades, os temores, as esperanças, e os votos da Nação por quem são, e sem a qual nada seriam; que cedendo estas partes dos seus naturais Direitos em benefício da Sociedade, à que se ligara... Não há um só homem que não conhece que a Lei deve ser a expressão da vontade de todos, e não a de um ou de alguns, que podem ser dominados pelo capricho, vingança ou interesse; que o assenso da Nação é quem dá as Leis a sua força; que os diversos Poderes, que formam as principais colunas de um Governo bem constituído, devem dividir-se

<sup>145</sup> De acordo com Lúcia M. B. Pereira das Neves como e respectivamente. No “*grupo brasiliense*” predominavam indivíduos que tinham a palavra impressa como o mais importante meio de comunicação com o mundo estrangeiro. Eram “homens de ação”, mais abertos as ideias do pensamento francês, assimiladas através da leitura de livros proibidos. Defendiam posturas mais radicais e reconheciam D. Pedro como chefe escolhido pelo povo e, portanto, subordinado aos seus representantes. Na “*elite coimbrã*” encontramos indivíduos que identificavam-se muito mais com a ideia de um império luso-brasileiro, nos moldes de Rodrigo de Souza Coutinho e da geração de 1790, do que com o projeto de independência. Eram simpáticos ao liberalismo moderado, que conservava a figura do rei como representante da nação, como um direito legalmente herdado através da dinastia. NEVES, L. M. B. P. *Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838)*. In: PRADO, M.E. **O estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Acess, 1999. p. 19.

Januário da Cunha Barbosa ligava-se aos brasilienses.

<sup>146</sup> NEVES, L. M. B. P. op.cit., p.155.

<sup>147</sup> Ibid. p. 159.

nas suas necessárias atribuições, ou para não se acumularem, formando um terrível colosso, sempre fatal à prosperidade e liberdade dos Povos, ou para não se encontrarem, retardando os seus movimentos, produzindo muitas vezes um total desmancho; que a Liberdade de fazer tudo, que a Lei não proíbe, de manifestar os pensamentos em benefício da Sociedade e da Pátria, em defesa dos seus Direitos individuais, e até mesmo em desafogo do Amor próprio, longe de contrariar o bem comum promove-o, sustenta-o, denunciando no Tribunal da Opinião Pública o criminoso déspota, sempre amante do silêncio e do tenebroso mistério. Não há finalmente um só homem que não conheça ser melhor um Governo Constitucional do que um Governo Arbitrário.<sup>148</sup>

Em seguida compara o *Governo Constitucional* com o *Governo Arbitrário*:

Naquele um regulamento fundamental determina e prescreve a maneira do exercício da autoridade pública; neste a impunidade ministerial passando a todas as classes mandatárias, arvora o capricho, e o interesse em única norma de Governo. Naquele a segurança pessoal e de propriedade estriba-se em uma Lei sagrada, em cuja presença todos somos iguais; neste, o homem não se pode dizer Senhor de si mesmo, nem contar que a sua herança passe aos seus descendentes; o respeito do seu domicílio é muitas vezes interrompido e deitando-se à sombra da seguridade, que lhe prometiam as Leis, acorda ao som dos ferros em lôbrega masmorra, onde o sepultam a cabala e a suspeita arrancando-o inesperadamente dos braços de uma Família desolada. Naquele o pensamento do homem livre, do Cidadão virtuoso e sábio, reproduzindo-se milhares de vezes pela Imprensa bate a um tempo ao coração de milhares de homens, e os desperta contra o Despotismo, neste o Fanatismo e a Inconfidência o ameaçam sem cessar com as fogueiras e com os patíbulos... Naquele finalmente se nos oferece um Monarca inviolável, que não pode, nem sequer fazer o mal; Ministros que respondem pelos erros que cometem; Representantes que nós escolhemos, garantias legais contra todos os abusos ocultos; neste só nos dá a gozar a escravidão disfarçada por mil modos, e até apoiada pela Religião.<sup>149</sup>

Para Barbosa, o Governo Liberal assegurando pela Constituição representava a salvação para ambos os lados do Atlântico. Foram os *Nossos Irmãos de Portugal* que *desenrolaram o estandarte da nossa Regeneração Política*, pois reconheciam que *era uma só e a mesma opressão* que vitimava a todos e, portanto, *deveria ser um só e o mesmo o nosso interesse e a nossa glória*. Essa glória só poderia ser alcançada através de uma Constituição que assegurasse igualdade de direitos em todas as partes do Império:

E porque meios se poderia conseguir a tão desejada prosperidade dos Povos, a não ser por uma Sábia e Justa Constituição, formada à contento dos habitantes dos dois Mundos, para o seu perfeito enlace, para reunião perdurável deste grande Continente, tão zelosos dos seus direitos, como indignado da sua opressão? E porque laço poder-se-ia entreter a união Política de Impérios tão distantes, a não ser pelo de uma benevolência

<sup>148</sup> BARBOSA, J. C. op.cit. (1822), p.10-11.

<sup>149</sup> Ibid. p.11-12.

recíproca, e de uma *igualdade absoluta*, que destruisse todas as ideias de superioridade, incompatíveis com o grande princípio de que – as Nações não são propriedade de ninguém?<sup>150</sup>

Mais à frente retoma a questão da igualdade de direitos de forma ainda mais enfática:

Juramos a Constituição Liberal que se nos prometera; recebemos com entusiasmo as suas Bases, ditadas pela Justiça e pela Sabedoria, sim, mas não juramos esquecer-nos dos nossos Direitos, como parte considerável e preponderante da Monarquia. Juramos a Constituição e as suas Bases, que nos prometiam igual partilha na herança Nacional, mas não juramos abraçar a nossa desgraça revestida com os exteriores do Liberalismo. Nunca, Concidadãos, nunca consentiremos, que se nos despoje de nossos Foros, da nossa Representação Política, do centro do nosso grande Reino, do nosso indispensável Regente; nunca sofremos que nos separem destes caminhos da nossa verdadeira prosperidade, por isso mesmo que eles nos conduzem a maior glória da Monarquia Portuguesa, que talvez se pretende enfraquecer, desunindo-se as nossas Províncias do seu necessário centro. Se delegamos a porção de Soberania, que nos toca, por ser este o meio mais prudente de usarmos dela, reservamos todavia um direito inalienável de a reclamarmos quando se despreza com injustiça a nossa causa.<sup>151</sup>

Através dessa passagem Januário deixa claro que a condição para o sucesso e estabilidade do Reino Unido luso brasileiro é a de igualdade de direitos entre Brasil e Portugal, agora com mais um elemento: a permanência do Regente no Brasil. Permanência esta que assegurava a posição política privilegiada, de centro do Império, que os brasileiros haviam alcançado e da qual não queriam mais abrir mão.

Imbuído destes princípios, Barbosa vai então queixar-se das atitudes das Cortes frente ao Brasil, deixando entrever a tensão política que predominava no período:

Proclamaram-se, Concidadãos, proclamaram-se os princípios de um Governo livre, de um Governo que devia atender à felicidade dos Povos; convocaram-se os seus Representantes, para que o novo sistema manasse da reunião de todas as vontades; e a despeito da nossa necessária e completa Representação no Augusto Congresso; a despeito das poderosas razões de alguns dos nossos beneméritos Deputados Brasileiros, *decreta-se sobre a nossa sorte, trata-se a nossa consideração Política sem atenção ou respeito; dividindo-se as nossas Províncias; pretexta-se uma sonhada Independência; enviam-se Governadores Militares e Tropas; chamam dentre nós o Príncipe Regente!*... E queriam que na atitude da humilhação a mais vergonhosa dobrássemos o colo ao novo jugo, que se nos impunha, sofrêssemos o novo Ostracismo, que se determinava?... E não se lembravam, que impor restrições a um Povo generoso, e investir aos seus Direitos, é irritar este Povo, e expor-se a queixas, de que nenhum poder humano

---

<sup>150</sup> Ibid. p. 13.

<sup>151</sup> Ibid. p. 15.

saberia sustar a explosão? (...) E não viram, que sempre que a Liberdade se oferece com baionetas, o Despotismo a segue, e a torna odiosa? *Que uma tão grande parte da Monarquia não devia ser menos livre do que a outra, nem menos representada no Augusto Colégio, em que se trata do bem de todas as suas partes*, porque então desaparecem os luminosos princípios, em que deve fundar-se o edifício da Constituição.<sup>152</sup>

Ao longo de 1822 a tensão entre portugueses e brasileiros, sobretudo em função das atitudes das Cortes em relação ao Brasil, vai se tornar cada vez mais evidente servindo de fomento para as ideias separatistas que começavam a se delinear. Nos sermões de Januário, tal perspectiva não aparece. Mesmo insatisfeito com as atitudes das Cortes a separação não se apresenta como possibilidade para ele, que conclui sua oração reafirmando a necessidade de uma união “*equilibrada*” com Portugal:

O Brasil tem de ser em todos os tempos o Sacrário das Quinas Portuguesas; da nossa bem equilibrada União com Portugal resultará a nossa maior grandeza, e a nossa tranquilidade pende de nos reunirmos apertadamente ao centro do nosso Reino, para assim prosperarmos à face das Nações que viram o nosso cativo.<sup>153</sup>

### 2.3.2. A consolidação do Império Brasileiro

Após a independência o primeiro sermão que temos de Januário é de 1827, uma oração fúnebre nas exéquias da Imperatriz Maria Leopoldina, onde a mesma é louvada por sua religiosidade e suas *luzes*”<sup>154</sup>

O próximo sermão é de 1828, proferido antes da *eleição dos Deputados da Província do Rio de Janeiro para a Segunda Legislatura*<sup>155</sup>, na qual Januário também era eleitor. Nele percebemos que os valores do ideário liberal ainda encontram-se bastante fortes. O patriotismo e as virtudes para a eleição dos deputados são constantemente evocados, para a glória da Pátria (agora o Brasil independente) e para a preservação do sistema constitucional. E nesse novo contexto político, somadas à *sabedoria, luzes, conhecimentos e virtudes* tanto religiosas como civis, Januário pede aos eleitores que

<sup>152</sup> BARBOSA, J. C. op.cit. (1822), p.17.

<sup>153</sup> Ibid. p. 18-19.

<sup>154</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. **Oração fúnebre que nas exéquias de Sua Majestade Imperial a Senhora d. Maria Leopoldina Josefa Carolina, Arquiduquesa da Áustria e Primeira Imperatriz do Brasil, celebradas na Imperial Capela no dia 26 de janeiro deste ano recitou...** Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1827.

<sup>155</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. **Oração recitada na Imperial Capela no dia 10 de novembro, celebrando-se a missa solene do Espírito Santo, que precedeu a eleição dos Deputados da Província do Rio de Janeiro para a Segunda Legislatura por...** Rio de Janeiro: Imprensa Imperial e Nacional, 1828.

primem pela escolha de deputados que também possuam “*prudência*” e “*respeitável moderação*”.

Das luzes e das virtudes daqueles, que escolhermos, depende muito o desejado melhoramento da nossa Legislação. É mister todavia que as qualidades, que devem merecer a vossa eleição, se ajuntem outras não menos importantes ao respeitável caráter de um Deputado. O amor da Constituição e da Pátria não excluem o amor da ordem e da prudente moderação; os que devem concorrer ao bem geral, devem estar sempre alerta contra as seduções do capricho e do amor próprio, que desgraçadamente nos Corpos coletivos tem alcançado alguns triunfos efêmeros, suplantando a razão e a justiça. A Prudência iluminada pela Sabedoria, e conduzida pela Virtude, tendo em vistas o maior bem do maior número dos que compõem uma Nação, sabe conter a Liberdade das discussões dentro daqueles limites, que a razão prescreve e o decoro recomenda. A Constituição é hoje o nosso paládio, o nosso centro, a nossa vida política; punir por ela, é punir pela Lei, é punir pela ordem; a ordem não é outra coisa mais do que o direito posto em ação; os que se opõem à este princípio, naufragam sobre escolhos terríveis. Honrados Colegas, a Nação, empenhando-se na boa escolha dos seus Representantes, clama bem alto que só quer a Constituição e os bens, que por ela se liberalizam; e nós, a quem este grito deve ser do maior respeito, devemos responder à Nação com a escolha daqueles Deputados, que mais se distingam pelos seus conhecimentos, patriotismo, constitucionalidade, firmeza de caráter, Religião, prudência e respeitável moderação.<sup>156</sup>

Nesse período de grande instabilidade política, em que concorriam diferentes projetos políticos para a recém-formada nação, nada mais recomendável que a prudência e a moderação para a manutenção do regime.

Ainda nesta mesma oração Januário emprega um recurso retórico bastante comum. Em sua invocação, parte inicial do exórdio, ele vai ressaltar a importância de sua missão naquele momento, apontando as dificuldades na execução da mesma e equiparando-se aos ouvintes. Tenta dar assim provas de sua humildade e coragem.

E este honroso testemunho da confiança dos nossos Concidadãos é já uma razão poderosa para desempenharmos fielmente a grande missão, de que somos encarregados, também a importância da escolha, que vamos fazer, obriga-nos a invocar as luzes do Espírito Santo, para que o Céu dirija os nossos votos sobre aqueles dos nossos Concidadãos, que possam honrar a Pátria com os seus bons serviços, e ao Colégio Eleitoral realizando as esperanças da sua escolha.

Mas quanto não é dificultoso, Srs., acertar em uma eleição de que pende o melhoramento das nossas Leis, a segurança dos nossos direitos, a glória e a tranquilidade do nosso Império? Ah! Eu me confundo, quando me vejo na rigorosa obrigação de ligar os interesses da Pátria com os da Religião, chamando-vos a consultar este Ato, o mais nobre de Cidadãos Livres, os avisos da vossa consciência em face do Brasil e do Céu. Honrados Colegas, um Povo amante da Constituição, e dos frutos, que

---

<sup>156</sup> Ibid., p.7-8.

ela costuma produzir, quando a Sabedoria das suas Leis se ajunta uma pronta e fiel execução: um Povo, que preza a Santidade dos seus Juramentos, e que não sofre desprezo e desonra, porque conhece os seus verdadeiros interesses, e a gloria, em que fora constituído, tem posto em nós a sua confiança; iludi-la fora incorrer na execração pública, pois que da nossa eleição depende sem dúvida a prosperidade da nossa Pátria.

...Eu sou possuído do mesmo empenho, que vos ocupa, porque pertenço também ao vosso Respeitável Colégio; eu necessito de todas as luzes, que descobrem o Cidadão benemérito em qualquer parte, que ele se oculte; e como poderei encaminhar-vos com as minhas reflexões?<sup>157</sup>

Em 1830, na *Oração de ação de graças pelo feliz restabelecimento da saúde de S. M. O Imperador*, novamente emprega o recurso retórico da manipulação dos afetos, nesse caso, exortando os ouvintes ao medo, alertando-os dos perigos que se ofereciam a um país ainda em marcha para o progresso, caso o monarca viesse a falecer.

Aqueles, que nos arrojamentos [sic] da sua vaidade parecem atribuir mais à sabedoria dos homens, do que a Providência do Céu, as grandes obras, que lhes dão celebridade, de certo se esquecem que uma bem pequena pedra desprendida das nuvens é bastante para lançar por terra o colosso da maior firmeza. Nós temos corrido em breves anos o espaço de longos séculos, sim, mas ainda não temos chegado ao meio da carreira tão felizmente encetada; e parar tanto em princípio, é correr os riscos de um verdadeiro retrocesso. O abalo de um povo, que se regenera passando tão rapidamente da escravidão à Liberdade, desperta sentimento encontrados nos corações daqueles, em quem são tão diversas as ideias, como os interesses particulares, que então se consideram ofendidos. Não basta lançaram-se os alicerces, e trazerem-se muito fora da terra, para se dizer que está concluído, e seguro o edifício; convém que o tempo consolide as suas paredes, e que a prudência acautele todos os estragos que ele ainda pode sofrer. A sabedoria de quem o principiara, é só quem o pode melhor adiantar, e se a conservação de uma obra importante depende muito do interesse, que por ela toma aquele, que a bosquejara, e a conduz à sua maior perfeição, nós devemos por isto conhecer quanto importa ao andamento, e plena segurança do nos prezado Sistema Constitucional, a conservação da vida do Augusto Monarca, Fundador da nossa Grandeza, e que identifica a glória do seu nome com a gloria de um Império assentado sobre bases tão respeitáveis.[...] Poderíamos também dizer, que a Providência querendo melhor despertar o nosso zelo sobre a prática dos nossos indispensáveis deveres: querendo muito mais ligarmos ao Trono de um Príncipe, que se esmera em sustentar os nossos Direitos, depois de nos haver reunido em corpo de Nação independente e livre, fez que Ele tocasse os perigos, a que está sujeito como homem para que nós palpássemos as desgraças, que decorreriam de sua falta. Se um excelente Príncipe é um grande benefício de bondade do Senhor, a sua morte não pode ser reputada senão como uma calamidade pública, e muitas vezes como uma perda, que se recupera no decurso de muitos anos. Calculemos, Senhores, calculemos a gravidade do perigo, de que Deus nos livrara, salvando a preciosa vida do Nosso Monarca,

<sup>157</sup> BARBOSA, J. C. op.cit.(1828), p.3-4.

lembrando-nos de que a sepultura tão repentinamente aberta debaixo dos seus pés, não só traria o Príncipe da nossa escolha, o Autor da nossa existência política, o Broquel da nossa Liberdade Constitucional, mas ainda todos esses bens, que nos é dado lobrigar no porvir, toda essa glória, em que seremos cada vez mais firmes em meio dos convulsivos Estados, que nos rodeiam.<sup>158</sup>

Ainda em 1830, Januário redige novo discurso, desta vez em comemoração ao oitavo aniversário da Independência.<sup>159</sup> Nele D. Pedro I figura como o libertador da nação, responsável pelo grito de liberdade que rompeu as *cadeias coloniais, que apesar de disfarçadas pela Liberdade em que se constituíra a Metrópole, ainda nos tolhiam os pulsos, ainda nos assustavam conservadas por uma política astuciosa.*<sup>160</sup> A Independência é apontada como resultado dos *mais ardentes desejos* dos brasileiros, responsável por reunir em prol da sua causa *aqueles que com justiça exultam por este motivo de honra Nacional*. Os interesses da Pátria, de acordo com ele, deveriam ser cuidados *com esmero que ela nos deve merecer*, pois o perigo da *recolonização* deveria ser combatido:

Daqui esse zelo pelos direitos então adquiridos, zelo que nos faz algumas vezes estremecer só à ideia de *recolonização*, que espíritos, ou malévolos, ou imprudentes, tem ousado suscitar, sem atenção à impossibilidade de uma empresa, que jamais se realizará, enquanto existirem Brasileiros, enquanto soubermos apreciar e defender as bases em que se fundamenta o nosso edifício social. [...] sim, eu posso confiadamente dizer, que enquanto nos reunirmos em Corpo de Monarquia Constitucional Representativa; enquanto cumprirmos as Leis respeitando as atribuições de cada um dos Poderes, em que se apoia a sua maravilhosa organização, a Independência que solenizamos, há de ser uma verdadeira fonte de prosperidades.<sup>161</sup>

Na passagem acima podemos identificar novamente a manipulação dos afetos. Nela Januário afirma que um comportamento adequado, não apenas afastaria a tão temida *recolonização*, mas também seria garantia de um futuro próspero. Futuro este estreitamente vinculado à monarquia, garantida por um *Príncipe tão proporcionado às nossas circunstâncias* e que nos deu a *existência Nacional*:

<sup>158</sup> BARBOSA, J. C. **Oração de ação de graças pelo feliz restabelecimento da saúde de S. M. O Imperador, pregada na Igreja Paroquial do Santíssimo Sacramento, no dia 14 de fevereiro deste ano e oferecida aos brasileiros da Província de Minas Gerais.** Por ... Rio de Janeiro: Na Tipografia Imperial de E. Seignot-Plancher. 1830. p. 10-2.

<sup>159</sup> BARBOSA, J. C. **Discurso recitado na Igreja Paroquial de Santa Rita; celebrando-se o 8º aniversário da Independência do Brasil.** Por Januário da Cunha Barbosa. Eleitor da mesma Freguesia. Rio de Janeiro: Tipografia de Lessa e Pereira, 1830.

<sup>160</sup> Ibid., p. 3.

<sup>161</sup> BARBOSA, J. C. op.cit.(1830), p.5-6.

O brado da Independência soltou-se de um Coração dominado pelo amor dos Brasileiros; a espada que então se desembainhara para defender a nossa tão desejada emancipação, ainda aparece empunhada para sustentá-la contra quaisquer ataques de temerários inimigos; a Sabedoria que firmara na Constituição o primeiro Trono do Novo Mundo, sem ofensa do Sistema Liberal nele tão geralmente adotado abre um horizonte risonho às nossas vistas, e assegura-nos a posse inalterável desses bens, à que temos direitos pela declaração da nossa Independência.<sup>162</sup>

Para Januário, num *Sistema de Governo em que a Liberdade não é constrangida pelos caprichos dos governantes; em que a Lei é a expressão da vontade Nacional* não se devem temer os

estragos dessas aberrações, que só aparecem, ou quando uma Constituição não é poderosa para desarmar os furores da anarquia, ou quando uma parte da Nação é tão ignorante dos seus verdadeiros interesses que segue a voz de alguns temerários dominados por louca ou insaciável ambição.<sup>163</sup>

Ao final de seu discurso, Januário recomenda mais uma vez moderação e união para defesa da Independência e Liberdade Constitucional:

Trabalhem com vontade e perseverança na obra do nosso amelhoramento [sic], mas sejamos reunidos e moderados, para colhermos os melhores frutos da nossa Independência... Os que aborrecem o Sistema que temos abraçado, sejam quais forem os seus intentos, só puderam triunfar pela nossa desunião, se desconfiados nos olharmos mutuamente, como inimigos, perderemos a grande força que é resultado infalível da agregação de forças menores, e seremos embaraçados na marcha, que desejamos apressar.<sup>164</sup>

E conclui colocando-se como um servidor da pátria, para que seu exemplo fosse seguido por seus ouvintes:

Brasileiros, amados compatriotas, ouvi os conselhos de um Patrício, à quem toca não pequena parte da glória de haver trabalhado sempre em honra da Pátria; obediência à Lei; afeição ao Sistema Constitucional; respeito ao Chefe da Nação; confiança nas Autoridades; amor recíproco entre os membros da nossa grande família; generosa hospitalidade aos que se acolhem aos nossos braços; bom uso da Liberdade, virtudes, virtudes Religiosas e Cívicas; farão ainda mais brilhante a nossa Independência, tornando-a fértil dos grandes bens, que só por estes meios poderemos conseguir.<sup>165</sup>

---

<sup>162</sup> Ibid., p.6.

<sup>163</sup> Ibid., p. 8.

<sup>164</sup> Ibid., p.10.

<sup>165</sup> BARBOSA, J. C. op.cit.(1830), p.11.

Os anos que se seguiram à abdicação de D. Pedro I foram de grande tensão política. Marcello Basile caracteriza o Rio de Janeiro do período regencial como um *grande caldeirão político e social em ebulição*. De acordo com ele, três facções políticas com princípios e propostas divergentes disputavam o poder e os cargos públicos. Os *liberais moderados* detinham o controle do governo e a maioria na Câmara dos Deputados; os *liberais exaltados* tinham pouca representação parlamentar, mesmo tendo sido promotores, ao lado dos *moderados*, do movimento da Abdicação; os *caramurus* concentravam suas forças no apoio que possuíam do Senado e eram simpatizantes do ex imperador. Às disputas políticas empreendidas por estas três facções somavam-se outros elementos de cunho social e econômico que tornavam a situação na capital do Império ainda mais delicada: os militares de diversos escalões demonstravam-se cada vez mais descontentes devido ao desprestígio das corporações, e às críticas contra as constantes intervenções das forças armadas nas questões políticas. A população fluminense, caracterizada por profundas clivagens étnicas, sociais e nacionais vivenciava um cotidiano marcado por disputas pelo mercado de trabalho e entre brasileiros e estrangeiros (sobretudo portugueses). O cenário econômico também encontrava-se em crise desde o início do Primeiro Reinado, crise esta agravada pelo problema da falsificação e carência de moedas de cobre, que contribuía para a carestia e o alto custo de vida. Essa complexa situação fez com que a Corte fosse palco, entre os anos de 1831 e 1833, de várias revoltas e movimentos de protesto.<sup>166</sup>

O único sermão de Januário que encontramos desse período é a *Oração fúnebre de Sua Alteza e Senhora D. Paula Marianna...*<sup>167</sup>, que data de 1833. Nela a morte da princesa em tão tenra idade é apontada como punição aos *brasileiros facciosos*, pois a Providência em um *rasgo de profunda sabedoria* fez uma vítima para o *melhoramento de milhares de pessoas deslembradas dos seus deveres*.<sup>168</sup>

O Senhor, que vela sempre em nosso bem, e que por isso de tempos a tempos nos admoesta por seus golpes a que sejamos atentos à prática das virtudes como instrumentos de verdadeira felicidade, quis chamar a si a Senhora Princesa D. Paula Marianna para que a sua morte nos tornasse mais prudentes nos caminhos da vida. Na dolorosa saudade que experimentamos, vendo faltar na árvore genealógica da Dinastia Brasileira, esse ramo esperançoso, que já lhe servia de interessante atavio, nós devemos reconhecer um golpe da Providência sem dúvida

<sup>166</sup> BASILE, Marcello. *Revolta e cidadania na Corte regencial*. In: **Tempo** (UFF), v.22, 2007. p.32-3.

<sup>167</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. **Oração fúnebre de Sua Alteza a Senhora Princesa D. Paula Marianna. Recitada na Imperial Capela, no dia 18 de fevereiro de 1833 por...** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1833.

<sup>168</sup> *Ibid.*, p.5.

merecido pelas nossas indignas e cotidianas divisões... e eis que a morte de S. A. a Senhora D. Paula Marianna, castigando em nossa honrosa sensibilidade as faltas, que temos cometido, poupa-nos a desgraça, em que seríamos abismados, se um tal golpe caísse sobre o ramo ainda mais superior de tão preciosa árvore.<sup>169</sup>

Vimos acima novamente a manipulação dos afetos. A punição empreendida pela Providência deveria servir para a reflexão dos brasileiros a respeito de seus erros e, mais que isso, levá-los a uma mudança de atitude para que mal maior fosse evitado.

Chegando ao final de sua oração, Januário retoma sua argumentação e faz mais um alerta a respeito do perigo das *divergências de opiniões políticas*:

As reflexões motivadas pela dor de uma morte tão prematura, assim como harmonizam os nossos corações em um só sentimento de honrosa melancolia, assim devem despojá-los de tantas indignas animosidades, para que formem uma só massa respeitável, em que fulgurem os sentimentos daquelas virtudes, que a Religião e a Pátria tanto nos recomendam. [...] A inocência de S. A. a Senhora Princesa D. Paula Marianna assas nos convence de que a sua morte não foi castigo das suas faltas; e nós as podemos reconhecer nessa divergência de opiniões políticas, que abalam a Monarquia Constitucional Representativa, e propagam a divisão no Império do Brasil, que a mesma natureza parece haver criado de uma só peça inteiriça, limitado ao Norte e ao Sul por dois grandes rios e separado das três partes do velho mundo por um imenso volume de águas, para não entrar em comunhão com a relutante política da Europa e ser uma América pela firmeza do sistema jurado um Estado grande, poderoso e talvez normal.<sup>170</sup>

Na década de 1840 encontram-se os três últimos discursos de Januário. No “*Sermão da solenidade da Sagração do Exmo. e Revm. Sr. Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, Bispo do Rio de Janeiro...*”<sup>171</sup> ele faz uma exposição do importante papel desempenhado pela religião como princípio de ordem social e político. Para o autor o catolicismo tornava os homens *moderados e caridosos, humildes e laboriosos, justos e sinceros, pacíficos e contentes do seu estado.*<sup>172</sup> E para justificar sua necessidade política recorre a um argumento de autoridade:

Não espereis, Senhores, que eu me ocupe agora de provar-vos a necessidade política da Religião. Uma verdade de fato, tão antiga como o mundo, cessará acaso de ser incontestável, só porque depois de seis mil anos de unânime consentimento quiseram alguns insensatos opor os seus paradoxos à experiência dos séculos, e as suas asserções ao testemunho do gênero humano? Mais facilmente se edificaria uma

<sup>169</sup> Ibid., p.6.

<sup>170</sup> Ibid., p.11.

<sup>171</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. **Sermão na solenidade de Sagração do Exmo. e Revm. Sr. Manoel do Monte Rodrigues de Araújo Bispo do Rio de Janeiro e Capelão Mor; Recitado na Imperial Capela no dia 24 de maio de 1840 por ...** Rio de Janeiro: Tipografia de J. E. S. Cabral, 1840.

<sup>172</sup> Ibid., p.11.

cidade no ar (diz o Sábio Plutarco) do que se constituiria um Estado tirando-lhe a crença dos Deuses. Porém, quanto mais pura, e mais santa for a Religião, quanto mais firme e mais exata na verdade e na justiça, tanto maior poder terá ela sobre o homem, e de conformidade com a sua mesma natureza.<sup>173</sup>

A utilização de argumentos de autoridade ou de prestígio constitui-se como prática comum da retórica, sobretudo, na tradição retórica lusitana. José Murilo de Carvalho destaca que a autoridade e o prestígio do autor ou orador citados, serviam como reforço da autoridade daqueles que os citavam.<sup>174</sup>

Outro argumento para reforço de sua autoridade é empregado por Januário no destaque que ele dá a importância dos religiosos, conhecedores do Evangelho, como educadores do povo:

É inegável, fiéis, que as Nações, que as Sociedades não podem existir sem a instituição Religiosa. A paz, a justiça, e a segurança, não habitam em lugares, onde a Religião se desconhece. É por isso mesmo incontestável que são necessários em todos os países cristãos mestres, pastores, Bispos, na ordem moral e espiritual, que guardem o depósito sagrado das verdades eternas, e que por seu ministério derramem, como de um centro comum sobre os povos, luzes de eterna sabedoria e exemplos das santas virtudes, que J. C. nos viera ensinar.<sup>175</sup>

O outro sermão de Januário publicado no ano de 1840 é a *Oração de ação de graças pela elevação de S. M. I. o Senhor Pedro II ao pleno exercício de seus direitos majestáticos...*<sup>176</sup>, onde ele comemora a maioria do monarca afirmando ser ele o penhor da liberdade, segurança e união do país que encontravam-se ameaçadas desde a abdicação de D. Pedro I. A Monarquia Constitucional Representativa e Hereditária é considerada pelo autor como *o melhor de todos os governos* pois

a participação do Poder, que os cidadãos exercem por seus Representantes, acresce a estabilidade do Trono, e a mais firme harmonia dos Poderes políticos, tão essencial a prodigar a anarquia, para a qual tendem continuamente os Governos, em que o Poder é eletivo, dividido, e sempre ambicionado.<sup>177</sup>

---

<sup>173</sup> Ibid., p.10.

<sup>174</sup> CARVALHO, José Murilo. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, nº1, pp.123-152. p.142.

<sup>175</sup> BARBOSA, J. C. op.cit. (1840), p.13.

<sup>176</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. **Oração de ação de graças pela elevação de S. M. I. O Senhor D. Pedro II ao pleno exercício de seus direitos majestáticos; pregada na Capela de N. S. da Glória e a convite da Irmandade da mesma Senhora, perante S. M. I. e Suas Augustas Irmãs. No dia 29 de agosto deste ano por...** Rio de Janeiro: Tipografia do Diário de N. L. Vianna, 1840.

<sup>177</sup> Ibid., p.6.

Eram as bases da Monarquia Constitucional Representativa e Hereditária que, de acordo com ele, asseguravam a *paz, união e grandeza* do país, porque *constituem a perfeição de todos os Governos*.<sup>178</sup>

A maioria de D. Pedro II é justificada bem à moda retórica, através de exemplos históricos:

A História nos oferece numerosos exemplos de Príncipes, que tomaram felizmente as rédeas do Governo sem haver tocado o tempo da sua maioria; nem é para ficar sem reparo o que a mesma História nos ensina, que o Governo de tais Príncipes tem sempre realizado as esperanças dos Povos que o aclamaram maiores, não aparecendo um só deles, que desse motivos para doloroso arrependimento.

E com efeito, Senhores, além das relações, que ligam os Príncipes aos seus súditos, pelo direito de herança no Cetro que lhes transfere, parece que novos laços os ligam ainda mais, quando os Povos, confiando em suas brilhantes qualidades, apressam o momento em que devem por si mesmos governar.<sup>179</sup>

A antecipação da maioria do príncipe também justificava-se pelo *reconhecimento de suas brilhantes qualidades e pela experiência de alguns males anteriores, que de certo teriam sido gravíssimos, se os Brasileiros não fossem tão amantes da Monarquia Constitucional Representativa Hereditária*.<sup>180</sup>

Após enaltecer suas virtudes, Januário jura fidelidade ao Imperador menino:

Nós que lhe temos dado tantas provas de amor e obediência; que prezamos o Trono Constitucional, e o Cetro Hereditário na Dinastia Brasileira, empenharemos a nossa honra e as nossas faculdades em sustentá-lo no Trono em que nasceu, e em que o temos colocado, para que seu nome se acrescente ao dos Ilustres Monarcas, que entrando no exercício de suas funções Majestáticas antes da idade marcada por Lei geral, fizeram-se recomendáveis ao respeito do mundo, pelos bens, que promoveram aos seus Povos.<sup>181</sup>

Seu próximo sermão data de 1845 e segue a mesma linha deste último. Na *Oração de ação de graças... pelo nascimento e batismo de S. A. I o Senhor Príncipe Primogênito d. Afonso*...<sup>182</sup> ele novamente enaltece a Monarquia Constitucional Hereditária, agora na figura do príncipe primogênito representante da continuidade monárquica. Nesta oração, Januário tece inúmeras críticas ao *detestável despotismo*, sistema em que

---

<sup>178</sup> Id.

<sup>179</sup> Ibid., p.8.

<sup>180</sup> Ibid., p.10.

<sup>181</sup> BARBOSA, J. C. op.cit.(1840), p.10.

<sup>182</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. **Oração de ação de graças celebrada na Imperial Capela no dia 30 de março do corrente ano pelo nascimento e batismo de S. A. I. o Senhor Príncipe Primogênito D. Afonso Pedro Cristino Leopoldo Fellipe Eugênio Miguel Gabriel Raphael Gonzaga. Recitada na presença de SS. MM. II. e Corte por ...** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1845.

Os conquistadores do Governo supremo, dando largas à sua ambição, faziam calar as leis então vigentes; e não querendo mais do que fruir no período do seu mando, sem direitos de o passar a seus filhos, só cuidaram de dourar os seus dias à custa dos incômodos dos seus subordinados; eles se tornaram por isso mesmo insuportáveis, escreveram com a ponta de suas espadas novas leis, que sufocavam as antigas, e em que apareciam o interesse próprio, e um desmarcado egoísmo preferidos ao bem geral e público.<sup>183</sup>

Dessa maneira justifica sua defesa da Monarquia Constitucional Hereditária. De acordo com ele, os brasileiros foram sábios *na escolha da Augusta Dinastia* que os regia desde a Independência e se perpetuava nos descendentes de D. Pedro I, pois a *História do mundo* já havia provado que *o sistema de governos eletivos tem sido quase sempre fonte perene de anarquia e desastres*.<sup>184</sup>

Em sua conclusão Januário comemora a pacificação do Império e prevê um futuro próspero para a nação unida pela glória da pátria, assegurada através da continuidade monárquica.

Está pacificado o Império do Brasil, e eis que aparece o Penhor da nossa presente e futura prosperidade, que marca uma época gloriosa, e talvez até hoje única, nas páginas da nossa História. Está pacificado todo o Império do Brasil, e eis que fulgura a Estrela brilhante, que tem de encaminhar os Brasileiros à grandeza e à glória. Reunidos em uma só família, tomados de um só sentimento de amor fraternal, apenas ouviram o brado do Nascimento do Senhor Príncipe D. Affonso Primogênito de SS. MM. II., os irmãos desvairados depuseram suas armas e suas inimizades, e correram prontos a partilhar com seus irmãos o justo prazer de tão próspero acontecimento. [...] A Coroa Imperial do Brasil cingirá alguma vez a Tua frente; os Povos que hoje pacificados do Amazonas ao Prata, e reunidos em um só sentimento de amor à Monarquia Constitucional Hereditária, com tanto alvoroço aplaudem o teu nascimento, contam ver reproduzidas em tuas ações as virtudes de Teus Augustos Pais, a honra e a nobreza de duas Ilustres Famílias, cujo sangue gira misturado em Tuas veias, e cujos sentimentos te passaram em herança em benefício do Império, em glória de Deus, e em honra da Augusta Imperial Dinastia Brasileira, que o Céu abençoara por teu Nascimento.<sup>185</sup>

É este o último sermão de Januário, que vem a falecer pouco menos de um ano depois. Podemos perceber ao longo de todos os discursos religiosos analisados, que através deles Januário também desempenhou a principal atividade que permeou toda a sua trajetória: a militância política. Ele atuou pela causa da pátria por meio deste importante veículo de instrução popular que foi o sermão religioso. A atividade de

---

<sup>183</sup> Ibid., p.5.

<sup>184</sup> Ibid., p.6.

<sup>185</sup> BARBOSA, J. C. op.cit. (1845), p.10.

sermonista esteve presente em toda a vida do cônego. Sabemos que ele se utilizou de vários instrumentos em sua militância: cátedra, imprensa, maçonaria, tribuna, associações literárias e científicas, mas sem dúvida o púlpito foi de importância destacada. Através dele Januário alcançava também a grande massa popular analfabeta que não possuía acesso às discussões veiculadas pela imprensa e que estiveram também presentes nas associações literárias das quais fez parte, espaços estes aos quais a maior parte da população também não tinha acesso.

A ideia de pátria e a defesa da mesma foi uma questão constante em seus discursos. Como pregador e também como mestre, jornalista, maçom e político, Januário imbuído de uma missão civilizadora preocupou-se em projetar uma noção de patriotismo junto à opinião pública, ocupando os domínios da escrita e da oralidade. Foi responsável, como os outros sermonistas do período, pela moral e instrução da pátria, por ensinar aos brasileiros o que era ser brasileiro. De acordo com Duran, o cônego e frei Sampaio foram os responsáveis pela afirmação da importância da sermonística no Rio de Janeiro nos primeiros vinte e cinco anos do Oitocentos. A eles a autora também atribui a afirmação do papel social do literato, a busca de uma linguagem brasileira, a tentativa de definição de um modo de conduta a ser seguido pelo homem de letras e, sobretudo, a defesa de que os beletristas deveriam cumprir uma determinada missão.<sup>186</sup>

Podemos observar através dos sermões de Januário as diferentes contexturas políticas em que eles foram redigidos. Neles o cônego exaltou a monarquia e o importante papel que a religião exercia para a conservação da mesma; empregou o novo vocabulário político que surgiu no período do constitucionalismo lusitano e teve profundos reflexos no Brasil, enaltecendo os valores liberais; recomendou prudência e moderação para que fosse evitada a anarquia nos momentos de instabilidade política; e defendeu a Monarquia Constitucional Hereditária como o melhor sistema de governo, colocando-se dessa forma como um fiel servidor da pátria.

---

<sup>186</sup>DURAN, M. R. C. op. cit.(2010), p.121.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes Primárias

#### Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.

Exposição do Cônego Januário da Cunha Barbosa sobre os seus serviços. s/d, 5 fls. Lata 49, Pasta 13.

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Conselho a um novel ministro do Evangelho sobre a arte de pregar. Por Mr. Reybaz. Tradução do Cônego Januário da Cunha Barbosa, s/l, s/d. 9fls. Lata 118 – Doc.9

#### Fundação Biblioteca Nacional

**37, 2, 14 A:** Sermão de ação de graças pela feliz restauração do reino de Portugal pregado na Real Capela do Rio de Janeiro na manhã de 19 de dezembro de 1808, por Januário da Cunha Barbosa, Presbítero Secular, Pregador Régio e natural do Rio de Janeiro.

**37, 6, 4:** “Oração de acção de graças recitada na Capella Real do Rio de Janeiro celebrando-se o quinto anniversario da chegada de S. A. R. com toda a Sua Real Familia a esta cidade. Offerecida ao Illustrissimo Senhor Paulo Fernandes Vianna, do Conselho do Príncipe Regente Nosso Senhor, Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Caza, Commendador da Ordem de Christo, Desembargador do Paço, e Intendente Geral da Polícia da Corte e Estado do Brasil etc. Por Januário da Cunha Barboza, Presbitero Secular, Pregador da Real Capella, Professor Regio Substituto da Cadeira de Philosophia Racional e Moral desta Corte, e Pro-Comissario da Ordem III de S. Francisco de Paula.” (1813)

**99 D, 1, 19:** Oração fúnebre nas exéquias da muito alta, muito poderosa e fidelíssima Senhora D. Maria I, Rainha do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, celebradas na Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco de Paula pelos oficiais do Regimento de milícias n.3 do Rio de Janeiro. Recitada por Januário da Cunha Barbosa, Presbítero Secular, Pregador de S. M., Cavaleiro da Ordem de Cristo, Professor Régio de Filosofia Racional e Moral e Pro-Comissário dos Terceiros Mínimos. Bahia: Na Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva. Ano de 1818.

**37, 18, 15:** Oração de Ação de Graças que celebrando-se na Real Capella do Rio de Janeiro, no dia 7 de março de 1818 o decimo anniversario da chegada de Sua Magestade a esta cidade, compos, recitou e offerece com permissão D’Elrey Nosso Senhor a José de Carvalho Ribeiro, em signal de gratidão e amizade, Januário da Cunha Barbosa. Presbitero Secular, Pregador de Sua Magestade, Cavaleiro da Ordem de Christo, Professor Regio de Fhilosophia Racional e Moral da Corte e Pro-Comissario dos Terceiros Minimos.

**35, 3, 1:** Discurso no fim da missa solene do Espírito Santo, celebrado na Igreja dos Terceiros Mínimos, pelo Reverendíssimo Doutor Vigário Geral deste Bispado e que precedeu ao acto da Junta Eleitoral de Comarca, no dia 15 de maio de 1821. Compôs e recitou na dita Igreja o padre Januário da Cunha Barbosa, professor Régio de Philosophia Racional e Moral e Eleitor da Parochia de Santa Rita. Rio de Janeiro, Typ. Regia, 1821.

**37, 23, 10:** Oração de Acção de Graças que recitou na Real Capela, no dia 26 de fevereiro, solenizando-se por ordem de Sua Alteza Real O Primeiro Aniversário do Juramento D'El Rey e Povo desta Corte A Constituição Lusitana, e oferece ao mesmo Augusto e Constitucional Regente do Brasil, o seu author Januário da Cunha Barboza, Professor Publico de Philosophia. Rio de Janeiro, Na Typographia Nacional, 1822.

**38, 5, 5:** Oração fúnebre que nas exéquias de Sua Majestade Imperial a Senhora d. Maria Leopoldina Josefa Carolina, Arquiduquesa da Áustria e Primeira Imperatriz do Brasil, celebradas na Imperial Capela no dia 26 de janeiro deste ano recitou Januário da Cunha Barbosa. Cônego e pregador da mesma Capela, Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Professor Público de Filosofia na Corte e Deputado à Assembleia Geral Legislativa do Império. Rio de Janeiro. Na Tipografia Imperial e Nacional. 1827.

**38, 6, 4 ex.2:** Oração recitada na Imperial Capela no dia 10 de novembro, celebrando-se a missa solene do Espírito Santo, que precedeu a eleição dos Deputados da Província do Rio de Janeiro para a Segunda Legislatura por Januário da Cunha Barboza, Cônego da mesma Imperial Capela, Eleitor da Paróquia de Santa Rita. Rio de Janeiro. Na Imprensa Imperial e Nacional. 1828.

**37, 0, 2 n.11:** Oração de ação de graças e louvores a SS.<sup>ma</sup> Virgem do Monte do Carmo que pelo feliz consórcio de S. M. O Imperador do Brasil, o Senhor D. Pedro Primeiro com sua alteza a Senhora Princesa de Leuchtenberg Amélia Augusta Eugenia de Baviera, pregou na Capela Imperial e oferece a S. A. R. O Príncipe de Eichstadt, Duque de Leuchtenberg e de S.<sup>ta</sup> Cruz, &c. Januário da Cunha Barboza, Cônego e Pregador da Imperial Capela, Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, Comendador na Cristo, Professor Público de Filosofia Racional e Moral na Corte. Rio de Janeiro: Na Tipografia Imperial de P. Plancher Seignot, 1829.

**III – 114, 3, 8 n.3:** Oração de ação de graças pelo feliz restabelecimento da saúde de S. M. O Imperador, pregada na Igreja Paroquial do Santíssimo Sacramento, no dia 14 de fevereiro deste ano e oferecida aos brasileiros da Província de Minas Gerais. Por Januário da Cunha Barboza, Cônego da Santa Igreja Catedral e Imperial Capela, Pregador de S. M. O Imperador, Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, Comendador da de Cristo, Professor Público de Filosofia na Corte, Cronista do Império. Rio de Janeiro: Na Tipografia Imperial de E. Seignot-Plancher. 1830.

**35, 3, 1:** Discurso recitado na Igreja Paroquial de Santa Rita; celebrando-se o 8º aniversário da Independência do Brasil. Por Januário da Cunha Barboza, Eleitor da mesma Freguesia. Rio de Janeiro: Tipografia de Lessa e Pereira, 1830.

**38, 7, 14:** Oração fúnebre de Sua Alteza a Senhora Princesa D. Paula Marianna. Recitada na Imperial Capela, no dia 18 de fevereiro de 1833 por Januário da Cunha Barboza, Cônego da Imperial Capela, e Professor Público de Filosofia. Rio de Janeiro. Na Tipografia Nacional. 1833.

**99B, 11, 18:** Sermão na solenidade da Sagração do Exmo. E Revm. Sr. Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, Bispo do Rio de Janeiro e Capelão Mor; Recitado na Imperial Capela no dia 24 de maio de 1840 por Januário da Cunha Barboza, Cônego e Pregador da Santa Igreja Catedral, e Capela Imperial, Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro,

Comendador de Cristo, Arcade de Romano, Sócio Correspondente do Instituto Histórico de França e Honorário da Sociedade Politécnica Prática; Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Auxiliadora da Indústria Nacional; Cronista do Império, Bibliotecário da Biblioteca Pública e Nacional, Professor de Filosofia Racional e Moral do Município Neutro e também do Seminário Episcopal de S. José. Rio de Janeiro: Tipografia de J. E. S. Cabral, 1840.

**III – 8, 6, 28:** Sermão pregado na Igreja da Santa e Imperial Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, dia 2 de julho de 1840, pelo Cônego Januário da Cunha Barboza. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário de N. L. Vianna, 1840.

**37, 0, 2 n.14:** Oração de ação de graças pela elevação de S. M. I. O Senhor D. Pedro 2º ao pleno exercício de seus direitos majestáticos; pregada da Capela de N. S. da Glória, e a convite da Irmandade da mesma Senhora, perante S. M. I. e Suas Augustas Irmãs. No dia 29 de agosto deste ano. Pelo Cônego Januário da Cunha Barboza. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário de N. L. Vianna, 1840.

**37, 0, 2 n.16:** Oração de ação de graças celebrada na Imperial Capela no dia 30 de março do corrente ano pelo nascimento e batismo de S. A. I. o Senhor Príncipe Primogênito D. Afonso Pedro Cristino Leopoldo Fellipe Eugênio Miguel Gabriel Raphael Gonzaga. Recitada na presença de SS. MM. II. e Corte por Januário da Cunha Barboza. Cônego e Pregador da Santa Igreja Catedral e Capela Imperial, Examinador Sinodal, Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, Comendador da de Cristo, da Portuguesa da Conceição de Villa Viçosa, da Napolitana de Francisco I, Cavaleiro da Imperial da Rosa, Professor jubilado de Filosofia Racional e Moral, Cronista do Império, Bibliotecário da Biblioteca Nacional e Pública da Corte, Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro, Membro de várias Academias e Sociedades Nacionais e Estrangeiras e Deputado à Assembleia Geral Legislativa do Império. Rio de Janeiro: Na Tipografia Nacional, 1845.

## Fontes secundárias

### Fundação Biblioteca Nacional

**79, 1, 15:** FREIRE, Luís José Junqueira. Elementos de Rhetorica Nacional. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1869.

**69, 4, 28-29:** GAMA, Miguel Sacramento Lopes (Pe). Lições de Eloquência Nacional. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de F. de Paula Brito, 1846.

**27, 3, 26:** ROQUETE, José Inácio. Manual de Eloquência Sagrada para uso dos Seminários e dos Eclesiásticos que começam a exercer o ministério do púlpito. Paris: J. P. Aillaud, Guillard e C<sup>a</sup>, 1878.

**17A, 3, 66:** FONSECA, Pedro José. Tratado dos affectos e costumes Oratórios considerados a respeito da eloquência dividido em duas partes. Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1786.

**38, 8, 13:** OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Veloso de. A Igreja do Brasil ou informação para servir de base à divisão dos Bispados projetada no ano de 1819. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1847.

**25B, 2bis, 20:** MORAIS, A. J. de M. Retórica de arte da eloquência... quadro resumo de retórica. [Rio de Janeiro]: [s.n.] [s.d]

### **Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**

BARBOZA, Antonio da Cunha. *Esboço biográfico do Cônego Januário da Cunha Barboza*. **RIHGB**, Tomo LXV, parte II, 1903.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. *O púlpito no Brasil*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro** (Rio de Janeiro), v.146, n.96, 1922.

IPANEMA, Cybelle de. “*Januário da Cunha Barbosa: para não esquecer*”. **RIHGB** 158, n.394, jan./mar. 1997.

SIGAUG, José Francisco. *Elogio Histórico do 1º Secretário Perpétuo, Cônego Januário da Cunha Barbosa*. **RIHGB**, 3ª ed., t.XI, 1848.

### **Obras Gerais**

BARATA, Alexandre Mansur. Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio e Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil. In: CARVALHO, J. M. **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BITTENCOURT, Feijó. **Os fundadores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.

DURAN, Maria Renata da Cruz. **Ecos do Púlpito: Oratória Sagrada no tempo de D. João VI**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_. **Retórica e eloquência no rio de janeiro (1759-1834)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP: São Paulo, 2009. p.110.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 156(388): 459-613, jul/set.1995.

\_\_\_\_\_. *O “tribunal da posteridade”*. In: PRADO, M. E. **O estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Lima Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1.*

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NEVES, Maria Lúcia Bastos Pereira. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822).** Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

ROMERO, Silvio. *Oradores Sagrados: Poesia Religiosa e Patriótica.* In: **História da Literatura Brasileira.** Tomo I. Edição comemorativa. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Cap. IV.

SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres.** Brasília: Senado Federal, Secretaria especial de Editoração e Publicação. Coleção Brasil 500 anos, 1999. Vol.1.

SLEMIAN, Andréa. **Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824).** São Paulo: Hucitec, 2006.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **Do altar à tribuna: os padres políticos na formação do Estado Nacional Brasileiro (1823-1841).** Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

VERÍSSIMO, José. *Publicistas, Oradores, Críticos.* In: **História da Literatura Brasileira.** Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, 1969. Cap. XVIII.